

Isabelle Baltazar Cunha da Cruz

**O imaginário colonial: O conceito de civilização nas
representações dos Povos da Guiné “Portuguesa”**

Monografia apresentada à Graduação em História da PUC-Rio
como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em História.

Orientadora: Profa. Dra. Regiane Augusto de Mattos

Rio de Janeiro

Dezembro de 2016

À memória de Avertano e Noeme,

Gratidão pela generosidade de me proporcionarem um mundo de distintos
caminhos e alegrias.

Agradecimentos

À Profa. Dra. Regiane Augusto de Mattos, minha querida orientadora nesta longa empreitada - que teve início ainda nos tempos da sua coordenação no NIREMA - onde desde as primeiras conversas e reuniões, me estimulou e aconselhou com sabedoria e dedicação.

Ao Prof. Dr. Marco Antonio Villela Pamplona, que com extrema dedicação auxiliou com sugestões valiosas a realização do projeto de monografia que deu origem a este trabalho.

Aos mestres e amigos da Graduação de História, que com inúmeros debates e conversas informais, despertaram em mim o gosto de aprender cada vez mais e de compartilhar a vida.

Às amigas, companheiras de uma vida, Luiza e Talita, por todo apoio e torcida.

À Sandra, minha mãe de coração, um agradecimento especial, pelo apoio diário nos distintos momentos da realização deste trabalho com palavras de carinho e incentivo.

Ao Bruno, meu companheiro, namorado, por aflorar em mim inspiração a partir do amor que nos cerca. Por toda torcida nestes últimos meses e pela ajuda com as configurações, os meus mais sinceros agradecimentos.

Resumo

O presente trabalho pretende investigar como o conceito de civilização veio a influenciar as distintas representações das sociedades que habitavam a Guiné, realizadas pelas autoridades coloniais portuguesas. Através de inúmeros documentos oficiais, inseridos em um contexto que se pretendia legitimar o discurso colonial e construir saberes que pudessem auxiliar nas ações coloniais, problematizo como os termos civilizado e não civilizado foram utilizados através de seus usos e sentidos para justificar a colonização.

Palavra-chave:

Guiné Portuguesa; conceito de civilização; colonização; saberes coloniais.

Sumário

Introdução	7
A Guiné no Império Colonial Português	12
Discursos, imagens e saberes coloniais	27
O que é ser civilizado? O que é não ser civilizado? Representações coloniais dos Povos da Guiné.....	43
Considerações finais	62
Referências Bibliográficas	64

Lista de Ilustrações

Ilustração 1 -.....	59
Ilustração 2 -.....	60

Introdução

Pretender pesquisar e ir à fundo em parte da História da África Ocidental não é tarefa das mais fáceis; mesmo tendo nas últimas décadas avanços consideráveis sobre a história da região, ainda assim, há um campo vasto para ser desvendado e analisado. Com o intuito de contribuir para a leitura de uma História da África Ocidental, especificamente da História da Guiné “Portuguesa”¹, (atual Guiné-Bissau) que dê voz a seus distintos atores sociais, pretendo neste trabalho, desvendar e problematizar as representações e classificações coloniais dos diferentes grupos sociais presentes na Guiné, a partir do conceito de civilização.

Para tanto, utilizarei como referência temporal e cronológica os anos de 1903 a 1950. A decisão de iniciar a pesquisa a partir do contexto do ano de 1903 tem como justificativa a criação do imposto de palhota² na Guiné. O desenvolver da pesquisa se dará até o ano de 1950, ano em que é publicado pelo Ministério das Colônias, o Censo de 1950. Tais escolhas permeiam a relevância tanto do imposto de palhota, como uma estrutura econômica que foi imposta pelas autoridades portuguesas e que veio a influenciar diretamente na vida das sociedades guineenses em diferentes modos e níveis; como do Censo de 1950, documento extremamente importante para analisarmos o tema pretendido.

A ideia de estudar a Guiné “Portuguesa” surgiu a partir de um longo processo, que incluiu, primeiramente, a leitura do dossiê “Filhos do Vento”³, motivando a realização de uma série de leituras bibliográficas e de fontes de diferentes épocas, a fim de compreender a dinâmica social e política do país no século XX. Diante dos estudos realizados, uma questão fez-se presente em distintos momentos, sendo um aspecto que me chamou atenção logo no primeiro contato com as fontes. A forma e os significados dados ao conceito de civilização, utilizado pelas potências coloniais expressos nos documentos oficiais e em estudos acadêmicos; em especial, por determinados setores em Portugal. Estes instrumentos, oficiais, ou não, estavam inseridos na lógica e na pretensão de

¹ O termo aparece entre aspas pois a intenção é problematizar as denominações territoriais imposta por Portugal, denominações estas que não condiziam com a realidade inócua da região, .

² O imposto de palhota era a arrecadação de tributos baseado nas habitações.

³ Acesso através do site: <https://www.publico.pt/filhos-do-vento>

construir um saber colonial. Parto do princípio que as fontes a serem analisadas neste trabalho (os Censos, os saberes e as imagens) são constituídas da gramática em que se baseiam as ideologias e as políticas coloniais, construindo a maneira de imaginar o Estado, a natureza dos seres humanos que “administravam” e a geografia de “seus” territórios. A partir da análise deste “suposto” conhecimento produzido, dialogarei com o conceito de *identidades imaginadas*⁴, entendendo-o como ferramenta teórica para compreender como a construção de um saber colonial contribuiu para justificar e legitimar a colonização.

O território da Guiné com 33.637 Km², relativamente pequeno se comparado, é limitado atualmente pelo Senegal e pela República da Guiné. As marés tem grande importância na estrutura do relevo da região, e é através desta dinâmica que se estabelece a divisão da superfície entre litoral e interior. Seu relevo tem altitudes médias, varia entre quarenta e oitenta metros, tendo as maiores altitudes, não mais que trezentos metros. Com um clima tropical, uma população estimada no censo de 1950⁵ em 502.457 habitantes, população esta, dividida em trinta comunidades étnicas, possui uma vasta diversidade cultural. A tamanha diversidade de populações que habitavam a região faz com que a Guiné seja um território frutífero a ser estudado e analisado.

Resgatando brevemente a trajetória do conceito de civilização no decorrer da Modernidade, é possível acompanhar os usos que são atribuídos no decorrer dos séculos. Investigando foi possível identificar durante o século XVI, XVII e XVIII, dois sentidos para o termo: primeiro, levar à civilidade, tornar as maneiras e costumes brandos; o segundo sentido está vinculado à jurisprudência, tornar civil uma causa que é da esfera criminal⁶. Diante de uma série de novas experiências e transformações⁷, e a partir de diversas obras publicadas tendo como

⁴ O conceito de identidades imaginadas é criado por Benedict Anderson para dar conta de conceituar a construção fictícia dos censos, mapas e museus. Utilizarei este conceito para ser instrumento de análise e para problematizar outros tipos de fontes. ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2005.

⁵ MINISTÉRIO DAS COLONIAS. Censo da População Não Civilizada da Guiné - 1950. Lisboa: 1951.

⁶ STAROBINSKI, Jean. As máscaras da civilização. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁷ O surgimento das grandes cidades, a expansão do comércio e da navegação, o Humanismo, o contato com novos continentes e novas sociedades.

temática a discussão da necessidade da *polidez* dos homens⁸, a significação relacionada à jurisprudência caiu em um processo de desuso. Obtendo apenas um único uso no século XIX, formou-se um conceito unificador. O termo passou a designar, primeiramente, o processo que torna os homens civilizados (através do abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez, cultura das artes e das ciências, crescimento do comércio e da indústria, comodidades materiais), e posteriormente o resultado acumulativo deste processo. É neste contexto que é possível notar e estabelecer a relação entre a acepção de *progresso* e o conceito de civilização. Através desta relação surgem variadas teorias científicas a fim de distinguir as etapas do processo civilizador e os estágios do progresso das sociedades, com o intuito de criar um quadro dos progressos do espírito humano e dos diversos estágios de aperfeiçoamento sucessivos. Passando por teorias dos mais variados campos do conhecimento, desde autores como Adam Smith (1723-1790), Herbert Spencer (1820 – 1903), Lewis Morgan (1818 – 1881), Edward Tylor (1832 – 1917), James Frazer (1854 – 1941), entre outros, tem-se a busca por pensar e compreender os ciclos e etapas da civilização. Foi através destas teorias e dos discursos construídos a partir delas que se legitimou a justificativa da colonização em África. Mais, afinal de contas, o que é ser civilizado, na Guiné “Portuguesa”? O que é não ser civilizado? Por quais caminhos perpassam as significações e sentidos deste conceito nas classificações realizadas sobre os Povos da Guiné?

Ao se utilizar do termo de não-civilizado para representar os Povos que habitavam a Guiné, é possível identificar a lógica como o Estado se imagina (o civilizador) e a maneira como classifica as sociedades que “administra” (os que necessitam de serem civilizados). Mais qual seria a ordem de classificação que guia o olhar colonial? Estaria ela baseada na questão da língua e da alfabetização? Através de dispositivos culturais, econômicos, religiosos? Ou até mesmo a partir da concepção de raça? É estranho notar que sociedades desenvolvidas culturalmente e na esfera do comércio, tenham sido classificadas como não civilizadas. Outro fator a observar, é pensar como eram classificados os “assimilados” da Guiné. Minha intenção é a partir destes questionamentos, provar como este conceito foi utilizado a partir da visão/ideologia eurocêntrica, e se a

⁸ Autores como Snetlage, Moras, Benveniste, Mirabeau, Littré, Turgot, entre outros.

partir das sociabilidades e relações existentes entre portugueses e os distintos grupos da Guiné, houve a possibilidade de modificações nestas representações.

Neste sentido, meus objetivos serão: primeiramente; analisar as pesquisas e estudos oficiais realizados pelas autoridades coloniais, atentando para a forma de classificação dos distintos grupos sociais; posteriormente, compreender como ocorreram as inúmeras formas de sociabilidade e reação à investida colonial, principalmente quando relacionadas à realização das pesquisas e estudos oficiais e por último, problematizar o conceito de civilização produzido a partir do discurso colonial.

Para elaborar o método de trabalho da pesquisa fez-se necessário pensar nas inúmeras maneiras e possibilidades de interpretar as fontes a serem utilizadas a partir da teoria construída por alguns autores. Escolhi trabalhar com fontes oficiais, de diferentes estilos, organizadas pelo Ministério das Colônias. Basicamente, utilizarei três documentos como referência central: os Censos realizados na Guiné, os resultados acadêmicos da Missão de Geografia à Guiné em 1947, e as imagens produzidas pela Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (1946-1947). Ao pensar na intenção perante tais documentos, cheguei à conclusão que existem três estruturas teóricas importantes para questionar e compreender as fontes. Estas estruturas são: ressignificações identitárias e históricas, a análise do discurso e os sentidos e usos do termo civilização. A partir das ressignificações identitárias e históricas pretendo problematizar as modificações da dinâmica da vida dos Povos da Guiné diante das investidas coloniais através de marcadores vivos, simbólicos, fabricados, musicais e funcionais⁹. Utilizarei estes marcadores citados anteriormente como instrumentos que me permitam identificar a fragmentação e a delimitação científica produzida nas fontes. Em uma segunda etapa, pretendo conseguir analisar o discurso colonial português reproduzido nestas fontes, utilizando para isto o conceito de discurso do filósofo francês Michel Foucault¹⁰. Uma terceira intenção na leitura

⁹ HENRIQUES, Isabel de Castro. Território e Identidade: o desmantelamento da terra africana e a construção da Angola Colonial. Lisboa, 2003. Disponível em: http://www.africafederation.net/DESMANTELAMENTO_AFRICANO.pdf

¹⁰ “Foucault (1969) concebe os discursos como uma dispersão, isto é, como sendo formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade. Cabe à análise do discurso descrever essas dispersão, buscando o estabelecimento de regras

das fontes se destina a compreender os usos e sentidos dados para o conceito de civilização pelos portugueses¹¹.

Visando dar conta de todos os aspectos que foram propostos, divido a monografia em três capítulos: A Guiné no Império Colonial Português; Discurso, imagens e saberes coloniais; e, O que é ser civilizado? O que é não ser civilizado? Representações coloniais dos Povos da Guiné. No capítulo intitulado A Guiné no Império Colonial Português, pretendo dar um panorama do contexto histórico da desanexação da Guiné de Cabo Verde, das múltiplas tentativas de implementação e consolidação da colonização portuguesa na região, da forma como os distintos grupos sociais reagiram. No segundo capítulo, Discurso, imagens e saberes coloniais, a intenção é analisar as fontes juntamente com a perspectiva colonial, perspectiva esta que trata a colonização também perpassando pelo campo dos saberes e dos discursos. E no terceiro, e último capítulo, tenho como objetivo problematizar a partir da trajetória do conceito de civilização, os usos e sentidos dado pelos portugueses às sociedades da Guiné.

O trabalho, “O imaginário colonial: o conceito de civilização nas representações dos Povos da Guiné “Portuguesa” pretende inserir-se na discussão e no debate historiográfico que visa contribuir para um novo olhar sobre a História da África, uma nova maneira de pensar e encarar as relações entre seus atores sociais nas diferentes regiões, países, e no continente. Desta forma, torço para que o debate que irá ser realizado nas próximas páginas venha a romper com uma imagem e com conceitos repletos de estereótipos e sentidos negativos, trazendo à tona aspectos importantes para sua compreensão e reflexões reveladoras de uma África diversa e plena.

capazes de reger a formação dos discursos.” BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 3ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.

¹¹ STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

A Guiné no Império Colonial Português

Deparar-se com a História da Guiné do século XIX e de meados do século XX é vislumbrar processos sociais complexos, que nos remetem a pensar em estruturas singulares. A necessidade de entender estas estruturas surge neste trabalho amparado na investigação da concepção de marcadores do território, sendo estes, os sinais que definem a originalidade simbólica. O intuito é investigar alguns breves percursos históricos da Guiné através dos sinais e estruturas relevantes para os diferentes grupos que habitavam a região. A conquista colonial, as campanhas de pacificação e o caráter militar, tão explorados por variadas correntes historiográficas, terão uma função afastada neste trabalho, pois tais perspectivas esquecem a relevância do papel da terra africana, em seu princípio sagrado/religioso. Rejeitando formas e construções pré-estabelecidas, busco entender estas sociedades levando em conta sua história, tendo como ponto de partida o princípio de uma evolução lenta¹², onde impera as relações com a natureza, extremamente necessárias para a análise do sistema religioso, social e econômico.

Diante das resoluções da Conferência de Berlim (1884-1885), evento no qual as potências imperialistas e suas ideologias nacionais instrumentalizaram a relação entre fronteiras no continente africano (relação esta baseada na vontade europeia de hegemonia) tem-se o arcabouço fundamental da construção da estrutura colonial. A metamorfose da terra e a transformação do território africano em território colonial modificou a significação da terra africana, que em sua essência agrega o aspecto do sagrado, da sua relação com os espíritos, para dar origem naquele momento à extensão do território europeu. Extensão esta que visa expulsar as forças sagradas, atitude extremamente necessária para a laicização da terra e que abre espaço e autoriza sua exploração e comercialização. Mesmo não tendo a presença de nenhum representante do continente africano na Conferência, ainda assim, foi a partir dela, que se constituíram a fixação de fronteiras fixas, através do olhar e das investidas coloniais, associados ao modelo ocidental. Especificamente no caso da Guiné, suas fronteiras foram definidas oficialmente a

¹² Conceito criado e utilizado por Fernand Braudel. BRAUDEL, F. "La longue durée", *Annales .E.S.C.*, v. 4, 1958.

partir do Tratado luso-francês de 1886, tendo dividido o espaço de Kaabunke, adquirindo assim parte significativa desta região para o território nomeado de Guiné “portuguesa”. É através da concepção do uso da terra, que se encontra a diferença fundamental entre africanos e europeus. Na concepção dos africanos a posse da terra não funciona como valor de troca, nem pertence a um grupo humano em específico, sendo de posse única e exclusivamente mediada pelos espíritos. Já na concepção europeia, a terra só possui valor real a partir do momento que pode ser apropriada por alguém. A concepção africana de utilização da terra explica em grande parte, a forma como os africanos lidam com a questão das migrações, tópico que será aprofundado posteriormente no capítulo. Através de uma perspectiva abrangente, de que a terra é o universo em seu conjunto, em sua diversidade; sua divisão representa a unidade matricial, as fronteiras dos espíritos. Em confronto com esta perspectiva, o território africano colonial, é um todo retalhado por fronteiras políticas, dividido por fragmentos e unidades classificatórias (plantações, hortas, fazendas, entre outros). É desta fragmentação do território que surge a necessidade de representação gráfica (representação cartográfica e mapa), visando organizar a exploração do território colonial. Não só a representação gráfica mas também a organização de conhecimento (expedições coloniais, recenseamentos, censos e estudos académicos) sobre os grupos sociais. Tais recursos, que receberam considerável suporte científico, permitiram orientar e facilitar os mecanismos de colonização.

É a partir do entendimento da presença simbólica dos espíritos em toda estrutura relacionada à questão da terra, que se tem a oportunidade de compreender a acumulação de marcadores e sinais do território. Alguns criados por obra da natureza e reinterpretados pelos homens, outros originados do imaginário de cada indivíduo ou da comunidade. A soma destes pequenos marcadores e sinais contribuem para a construção de uma identidade global, historicamente vinculada ao território. Desta forma, modificar a estrutura de uso da terra corresponde a uma dura sentença para tais sociedades. Neste sentido, Henriques (2003, p. 6)¹³, escreve:

¹³ HENRIQUES, Isabel Castro. Território e Identidade: O desmantelamento da terra africana e a construção da Angola Colonial (1872 – 1926). In: *Sumário pormenorizado da*

“(…), deve considerar que não há espaço africano que não esteja carregado de história, a qual é o resultado de milhões de vidas, que procuram muitas vezes concentrar em símbolos o conhecimento e os projetos do futuro.”

Para seguirmos adiante é necessário que se explique e caracterize os marcadores de espaço a serem usados como referência neste capítulo. Ressalto que a teoria que defini a originalidade dos marcadores, é utilizada como uma fonte interpretativa, onde possibilita que se possa olhar e analisar a partir de elementos presentes naquele contexto. Pontuo seis tipos distintos de marcadores¹⁴ a serem utilizados como mecanismo interpretativo, são eles: os vivos, os simbólicos, os fabricados, os históricos, os musicais e os funcionais. Os **marcadores vivos** são os criados pela natureza, interpretados através de processos de socialização, por exemplo, as águas e a vegetação. Os homens dependem de uma série de fatores para sobrevivência, como as águas doces, fazendo com que o homem distinga-as, identificando as vivas, das mortas, as visíveis, das invisíveis, seus trajetos. No caso da vegetação, existe a comunicação entre corpo e solo, sendo associado a vitalidade da flora. Esta concepção em parte explica o fato, de durante muitos anos, os africanos rejeitarem o uso de calçados, impedindo a comunicação entre as pessoas e os espíritos. Por mais que não haja marcadores que não estejam carregados de carga simbólica, os **marcadores simbólicos** possuem uma hierarquia. Há os que se aproximam da relação homem/religião, e outros possuem articulações mais superficiais. A utilização de cores, formas e materiais que acabam por definir a função ritual, fazem com que tais sociedades mantenham comunicação com os espíritos. Já os **marcadores fabricados** concentram o conhecimento e a importância que carregam as matérias-primas (fibras, essências, resinas, corantes, entre outros) no intuito de produzir artefatos simbólicos e sagrados. Há também a produção de outros marcadores fabricados vinculados ao processo de sacralização de dimensões variadas. Os **marcadores históricos** traduzem a relevância dos monumentos nos quais fazem referência a mobilização da história de um grupo. Em sociedades em que a escrita não faz parte corriqueira do sistema de comunicação entre os homens, estes monumentos carregam uma carga importante no sentido de significação histórica e da memória. Os

lição de síntese apresentada a provas para obtenção de título de professor agregado do 4º grupo. Lisboa: 2003.

Disponível: http://www.africafederation.net/DESMANTELAMENTO_AFRICANO.pdf

¹⁴ op.cit p. 8.

marcadores musicais contribuem no estabelecimento de relações de comunicação à longa distância entre diferentes grupos, contribuindo para garantir a coesão do território. Os tambores e outros instrumentos musicais são utilizados muito além dos objetivos musicais. E por último, os **marcadores funcionais**, que são os sinais que aparecem continuamente em documentos e trabalhos de historiadores e etnólogos. Para este marcador irei escolher como referência especificamente neste trabalho as questões vinculadas a “etnia”. Entendendo como “etnia”, a referência exposta por Amselle (1985)¹⁵:

“(…) tratando-se nitidamente de classificar à parte determinadas sociedades através da privação de uma qualidade específica. Era conveniente definir as sociedades ameríndias, africanas e asiáticas como outras diferentes das nossas, retirando-lhes aquilo que lhes permitia participar de uma humanidade comum”.

Diante da definição de etnia apresentada por Amselle, uma visão crítica sobre as variadas tendências antropológicas (evolucionismo, funcionalismo, culturalismo, estruturalismo), a ideia é problematizar e pensar como a história da Guiné foi também construída por essas influências em torno do conceito de “etnia” e posteriormente como esta classificação avançou para a caracterização de civilização. Antes do tráfico atlântico e do colonialismo aqueles grupos eram definidos como sociedades locais, com um estilo de produção, integrados de forma englobante, onde determinavam e criavam um conteúdo específico¹⁶. A partir do contato com os colonizadores, tais grupos foram definidos através de novas referências espaciais, sociais e culturais, implementadas através da imposição dos modelos coloniais às sociedades tradicionais. Toda a lógica estabelecida até então, modificou-se. Foi diante deste contexto que ocorre a ruptura histórica de uma dinâmica que privilegia os desenvolvimentos próprios do continente africano no momento da colonização. Desta forma, o conceito de etnia é uma criação da ação do colonizador, no qual a sua maneira de territorializar o impulsiona a dividir e “recortar” a população. É também um conjunto de elementos definidores de uma particularidade que paralelamente veio a construir uma relação de oposição, confronto e violência entre os distintos grupos sociais, produzindo a afirmação da prevalência de conflitos, e não a ideia de integração.

¹⁵ AMSELLE, Jean- Loup. Etnias e espaços: para uma antropologia topológica. In: *Pelos Meandros da Etnia*. Lisboa: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2014.

¹⁶ SALAZAR, Ramiro Delgado. Etnia, espaço étnico e colonialismo. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, nº12, jul.1991, p.69, 1991.

Explicando de forma mais clara, o conceito de etnia estabelece a imagem e o precedente de que os grupos sociais presentes em uma determinada região ou “país” estão potencialmente aptos e propensos ao conflito e a violência entre si. Um exemplo do que foi colocado e exposto neste parágrafo, do recorte estabelecido pelo olhar colonial a partir da concepção de etnia, é a classificação realizada no Censo da População Não Civilizada da Guiné, de 1950, onde classificam e nomeiam trinta populações distintas, a viverem na Guiné¹⁷.

O historiador Carlos Lopes, ao se referir ao termo etnia, em um seminário¹⁸, ressalta: “O fenômeno étnico é mais do que parentesco, mais do que uma questão de língua, de religião; é algo político”. Além do fator da construção do papel político em relação ao termo “etnia”, existe toda uma estrutura paralela a esta esfera, tanto nas questões econômicas, militar e na administrativa. É a partir de uma capenga administração colonial que se constrói a relação de poder em relação às sociedades tradicionais na Guiné, formulam-se designações confusas, muitas das vezes falsas e inventadas, redimensionando a divisão territorial de um grupo e ao mesmo tempo hierarquizando-os.

Diante de mais de quatrocentos anos de “presença” portuguesa na Guiné, na virada do século XIX para o XX, a reivindicação de Portugal a nível internacional sobre a colônia era ainda muito frágil. Por conta da necessidade de consolidar os requisitos de uma ocupação efetiva visando o reconhecimento como uma potência colonial, pretendiam comprovar o controle absoluto do território reivindicado. Na tentativa de um esforço com o intuito de proteger suas pretensões naquela região, ameaçada constantemente pela presença dos interesses franceses e ingleses, os portugueses optaram pela estratégia de intervir na dimensão e nos conflitos internos a fim de estabelecer uma melhor posição/relação na colônia.

¹⁷ As populações são classificadas, segundo o Censo de 1950, em: Os Bagas, Baiotes, Balantas, Balantas-mané, Bambarás, Banhuns, Beafadas, Bijagós, Brames (ou Macanhas), Cassangas, Cunantes (ou Mansoancas), Felupes, Fulas do Boé (ou Boencas), Fulas do futa (ou Fulas-fula), Fulas do toro (ou Toranca), Fulas-forro, Fulas-preto, Jacancas, Jalofos, Landumás, Mandingas, Manjacos, Nalús, Pajadincas, Papéis, Sarancolés, Sossos, Suruás, Tandás, Téménés.

¹⁸ LOPES, Carlos. Principales Corrientes Teóricas em la Investigación em Ciencias Sociales. *Seminário Monográfico II*. México: CEAA, fev-mar, 1990.

Vale a pena ressaltar, que muito do imaginário português baseado na ideia ilusória de um controle da região, teve sua origem basicamente por conta das atividades e relações existentes no território de Cacheu¹⁹. Pouco tempo depois da chegada dos portugueses, em 1466, comerciantes portugueses e posteriormente os afro-portugueses, também conhecidos como “lançados”, iniciaram negociações com as sociedades que habitavam o território, em específico com grupos que habitavam a região costeira e as zonas próximas às vias fluviais. Por entre os séculos seguintes, estes comerciantes e seus descendentes mantiveram a função de intermediários entre a Guiné e o mundo. Através de uma estrutura flexível e integradora das sociedades que habitavam o litoral houve a possibilidade de adaptarem-se a presença de estrangeiros sem haver uma mudança ou rupturas radicais na sua organização e estrutura de vida. É a partir desta percepção ilusória que levou muitos administradores portugueses a traduzirem “presença” colonial por controle efetivo. Sobre essa percepção, Crowley (1993, p.99), escreve:

“(…), a diversidade de intermediários e de formas administrativas que caracterizaram este período, incluindo os lançados, os capitães-mor, as companhias comerciais e os administradores crioulos, refletiam o controle extremamente superficial de Portugal sobre estes territórios e a debilidade das pretensões portuguesas”.

No momento em que Portugal teve de comprovar seu controle perante as ofensivas de outras potências coloniais, deparou-se com colonos muitas das vezes, inseguros em sua posição de “hóspedes” no continente africano, onde garantiam sua presença por conta da hospitalidade e interesses dos governantes africanos. Desta forma, pode-se concluir a inexistência de supremacia política na experiência portuguesa, citado por alguns autores, até pelo menos o ano de 1936, ano da última campanha de pacificação realizada na Guiné, a quarta e última Campanha de Canhabaque (de dez de novembro de 1935 à vinte de fevereiro de 1936). Na concepção deste trabalho, não foi com o fim das Campanhas de Pacificação realizadas na Guiné, que Portugal conseguiu finalmente conquistar sua supremacia política. Reivindico este posicionamento, considerando frágil, a justificativa do domínio político por conta de um parcial domínio militar. Muitas das vezes, incapazes de manter a resistência armada frente às investidas dos portugueses, a alternativa racional de distintas sociedades foi converter-se a

¹⁹ Cidade costeira da Guiné Bissau, fica junto do rio que leva seu nome.

reação passiva²⁰. Por exemplo, no caso dos bijagós, seus habitantes evitavam o pagamento do imposto de palhota, destruindo suas habitações e retirando-se para regiões florestais (marcadores vivos), onde impossibilitava a chegada dos cobradores de impostos. Desta forma o argumento de supremacia política portuguesa na Guiné, a partir do ano de 1936, como afirma alguns autores, não se confirma, e na maior parte das vezes, encontra-se deturpada.

O exemplo citado brevemente no parágrafo a cima, referente à reação dos bijagós, demonstra três pontos interligados, que são importantes para pensar a Guiné, na primeira metade do século XX: primeiro, como se davam os pagamentos de impostos; segundo, a presença dos marcadores de território como componentes essenciais na reação a investida colonial; e por último, “as migrações e deslocamentos populacionais.

A tentativa de implementação de uma política de impostos efetiva na Guiné surge no ano de 1903, com o imposto de *palhota*, com exceção do arquipélago do Bijagós, onde já existia a cobrança do imposto de *capitação*²¹. Só no ano de 1952, que as autoridades portuguesas modificam a estrutura do imposto de *palhota* para uma taxa de impostos a nível pessoal. Até então o imposto de *palhota* destinava-se a cobrança relacionada às habitações, especificamente ao número de camas existentes em uma palhota. Já o imposto de *capitação* destinava-se a taxação de indivíduos. Tal tentativa de implementar impostos aos habitantes da Guiné encontrava-se vinculada a ideia de domínio colonial português. Com o intuito de potencializar os instrumentos de arrecadação, foram realizados uma série de recenseamentos e censos a fim de garantir dados fiscais para a coleta de impostos. Neste sentido, Franco (2009, p.15), escreve:

²⁰ “Canhabaque não paga muitos impostos? Grande coisa! A Guiné pode muito bem dispensar esta ilhota insalubre e ramalhuda, promovida ao papel de reserva de selvagens para etnólogos alemães. (...) O aborrecimento para os Portugueses (e sobretudo Canhabaque) é que esta poeira de independência segredista tem uma individualidade demasiado marcada, num arquipélago que muito tem feito falar de si. Nada se compreende, com efeito, nesta singularidade política, se não se recordar que os Bijagós são, desde o começo dos anos 20, o objeto de tensões silenciosas.” In: PÉLISSIER, Rene. História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia 1841-1936. Lisboa: Editorial Estampa, vol. II, p.251, 1989.

²¹ BARBOSA, Honório. Os indígenas da Guiné perante a lei portuguesa. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Lisboa: v.2, n.VI, abr.1947, p.355.

“Quando a cobrança de impostos se tornou efetiva, os habitantes das tabancas (concentração de famílias de várias palhotas) e das moranças (unidade social básica, onde moram os indivíduos numa mesma família), para diminuir a sua contribuição, inventaram estratégias de dissimulação que implicavam: a redução do número de palhotas; a diminuição do número de camas em cada uma delas; e a redução sobre a idade dos jovens, o número de mulheres e os falecimentos.”

A cobrança de impostos nunca se tornou uma realidade constante na Guiné, por uma série de motivos, tanto que concerne à estrutura física do órgão recenseador e do controlador de operações, à falta de habilidade dos agentes, a utilização de métodos de pesquisa pouco eficazes, quanto à ausência de instrumentos adequados de notação e fixação dos números²². Também há motivos relacionados às motivações individuais e dos grupos sociais, obtiveram papel decisivo, onde criaram e estabeleceram inúmeras estratégias, algumas delas presentes na citação, a fim de reagir à cobrança arbitrária de impostos.

Além destas estratégias, os conflitos armados foram uma constante durante o período²³. E diante dos conflitos abre-se um leque amplo de distintas motivações, sociabilidades, rivalidades e parcerias entre portugueses e os poderes locais. Destas sociabilidades geradas através de conflitos, proponho resgatar a influência militar e financeira de Abdul Njai²⁴, a partir de 1912. Neste contexto está inserido o início da primeira tentativa efetiva de dominação colonial militar efetiva da Guiné, organizada pelo capitão português João Texeira Pinto. Além de ser posterior a abolição da monarquia (1911) e a implantação da República em Portugal. Apesar de o capitão português dedicar-se a vangloriar-se por suas conquistas na Guiné, seu triunfo, por exemplo, contra a população do Churo (nomeada pelos portugueses de “Manjacos”), só foi possível por conta da parceria com Abdul Njai e de seus quatrocentos auxiliares africanos. Em relação ao estopim para o conflito, René Pélissier (1989, p. 157), escreve:

“Texeira Pinto é chamado com urgência, a 18 de Dezembro de 1913, porque a 12 de Dezembro, o administrador de Cacheu, tendo vindo recensear as palhotas do Churo, com alguns guardas e grumetes, foi massacrado em Churoenque, de triste memória (1904), com uma dezena de seus companheiros, entre os quais o

²² CARREIRA, Antônio. Guiné Portuguesa – Censo da população não civilizada de 1950. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Lisboa, v.VII, n.28, out.1952, p.727.

²³ Como exemplo, o caso: “A 25 de Dezembro de 1911, o destacamento de Arame, vindo para recensear as palhotas de Susana (chão felupe) é atacado na aldeia e tem de arrear caminho sob tiroteio”. In: PÉLISSIER, René. *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia 1841-1936*. Lisboa: Editorial Estampa, vol. II, p.251, 1989.

²⁴ Mercenário senegalês.

intérprete cabo-verdiano. O seu pequeno barco a motor é mesmo incendiado ou então explode. O golpe parece ter sido premeditado pelos Papéis do norte que, a partir de 1912-1913, também os Portugueses, dali em diante, chamam Manjacos”.

Como podemos verificar na citação, a população de Churo reage a cobrança de impostos organizada pela administração colonial presente na região. E é a fim de garantir que tais impostos sejam recolhidos, que Teixeira Pinto pretende consolidar o poderio colonial na região. Mais não é a toa que muitos dos habitantes da região de Cacheu se lembram das campanhas como uma ocupação mulçumana, e não como ocupação portuguesa, visto que três quartos da tropa foram recrutadas por Njai em Casamansa, no Senegal, e em sua grande maioria eram mulçumanos. Posteriormente à ocupação, os mulçumanos que fizeram parte da tropa, vieram a desempenhar funções de considerável importância na administração portuguesa em Cacheu, vindo a ocupar cargos de níveis mais baixos nas sedes distritais, junto com os guineenses crioulos e com cabo-verdianos. Para as sociedades que habitavam a região de Cacheu, as campanhas foram representadas mais como guerras isoladas do que como uma real campanha de pacificação. Os habitantes daquela região traduziram “a conquista portuguesa” como punição pela reação às autoridades coloniais descritas na citação.²⁵ A percepção dos habitantes que viviam em Cacheu revela como foi dúbia e confusa a pretensão colonial de controlar as regiões da Guiné. Mesmo com pretensões questionáveis ao controle colonial, tais conflitos acabaram por representar uma viragem na relação entre Portugal e a Guiné. A administração implementada pós-conflito em diferentes partes da Guiné, consolidada entre os anos de 1912 e 1930, acaba por fixar a burocracia colonial. Esta burocracia permitia garantir um ilusório controle e a investida de produção de conhecimento sobre aquelas sociedades. Tanto que é no ano de 1928, realizado o primeiro censo das populações da Guiné. Também neste período, surge, precipitadamente, um sistema administrativo e legislativo, visando legalizar a exploração através do trabalho forçado, oriundo da ideia da necessidade do trabalho como intuito de civilizar; e a opressão justificada a partir da imposição de um regime disciplinar. Sistemas e documentos que serão pensados e analisados nos próximos capítulos.

²⁵ CROWLEY, Eve L. Chefes de posto e chefes da terra: dinâmica de dominação e autodeterminação na região de Cacheu. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, nº 15, p. 101, 1993.

Outro aspecto que gostaria de desdobrar, fundamental para pensar as sociedades que habitavam a Guiné, e suas formas de reagir as investidas coloniais, se refere aos marcadores do território. Por conta da associação entre pagamento de impostos e submissão, já mencionada anteriormente, o Estado português buscou maximizar as arrecadações tributárias a partir de critérios populacionais, habitacionais e pecuários. Impostos adicionais foram criados a partir da extração de vinho de palma e sobre o gado que era abatido. Para realizar registros, dos mais variados tipos, desde nascimentos, falecimentos e casamentos, também eram necessário pagar taxas. Mesmo com uma série de cobranças de impostos, ainda assim, as receitas eram consideradas baixas, e durante alguns anos, a administração local teve de recorrer a soldados que realizavam a recolha das taxas indo pessoalmente a cada tabanca ou a cobravam arbitrariamente nas ruas. Com a presença de soldados coloniais em áreas distantes, acontecimento diferenciado na realidade daquelas sociedades, os residentes que os encontravam comunicavam a presença militar para sociedades vizinhas através de seus tambores ou bombolons²⁶. Diante do aviso dos residentes e de sociedades vizinhas, os habitantes diminuía consideravelmente o número de impostos a pagar, destruindo camas e palhotas, e se escondendo na mata. Assim, quando se dava a chegada dos soldados em cada sociedade, só restariam as palhotas intactas dos idosos, pois eram os únicos que não possuíam força física suficiente para reconstruir suas habitações.²⁷ Tal iniciativa explica a diferença nos números das pesquisas oficiais e científicas realizadas entre 1928 e 1950.

Em algumas regiões da Guiné que eram mais acessíveis à cobrança de impostos, houve a necessidade de aumento da produção local e comercialização do excedente. Estas localidades geralmente se localizavam próximas a grandes centros, como os de Cacheu, Bissau e Bolama. Produziam bens excedentes, que variavam desde coconote, óleo de palma, amendoim, arroz e frutas. Para conseguir realizar o pagamento de impostos pelo excedente, se viam necessitados a violar, muitas das vezes, a relação sagrada com o solo e com os espíritos (marcadores simbólicos). Foram inúmeras formas de tentar implementar plantações lucrativas em grande escala pelos colonos portugueses. Todas falharam

²⁶ Instrumento musical.

²⁷ op.cit. p. 103.

sistematicamente, e desta forma toda produção continuou a ser realizada através de métodos e conhecimentos tradicionais. O objetivo português era aumentar a produção agrícola, visando aumentar as receitas e estimulando o comércio e principalmente as exportações. Foi só nos anos quarenta, que a administração colonial tenta diversificar as culturas alimentares e introduzir sementes de árvores de fruto.

A produção de bens variou conforme o contexto e conjuntura durante a primeira metade do século XX. Um dos fatores predominantes na variação da produção foi a emigração. A África Ocidental no período era uma região de grande efervescência migratória. A justificativa para este fenômeno era que nos costumes africanos, nunca existiram fronteiras que estabelecessem um vínculo de posse à terra, impulsionando desta forma movimentos migratórios entre os diferentes territórios. Tais movimentos foram impulsionados por inúmeras motivações, desde aspectos climáticos, até mesmo com o intuito de fugir das autoridades colônias ou do trabalho forçado. Durante séculos de emigração, a Guiné, se viu durante as primeiras décadas do século com a força de trabalho radicalmente abalada. Faltavam, especialmente, jovens que eram de fundamental importância para a extração do vinho de palma e do chabéu²⁸, além de essenciais para algumas fases na produção do arroz. O fato de muitas autoridades e chefes portugueses não terem uma boa política em relação às questões do trabalho, também impulsionou o abandono da construção de diques e colheitas (Mota, 1951, p. 672). Em sociedades em que a produção da cultura do arroz funcionava como principal meio de subsistência e econômico foram necessários à contratação de mão de obra de sociedades vizinhas através de acordos²⁹.

No entanto, as autoridades coloniais estavam mais interessadas em aumentar consideravelmente as receitas internas, a partir da proibição da comercialização do amendoim entre guineenses, franceses e alemães, além de impor o monopólio a produção camponesa, visando garantir que os excedentes de bens fossem encaminhados para Portugal. Tal iniciativa de controle de excedentes era pouco vantajosa e lucrativa para as sociedades locais, pois as mercadorias que

²⁸ Fruto do dendezeiro.

²⁹ MENDY, Peter Karibe. A economia colonial da Guiné-Bissau: nacionalização e exploração, 1915 – 1959. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, nº 9, p. 24, 1990.

foram oferecidas para troca pelos portugueses eram pouco competitivas se comparadas com as mercadorias oferecidas pelos franceses nos territórios vizinhos. Diante disso existia uma contínua exportação de culturas de bens e de emigração de trabalhadores para as regiões vizinhas, principalmente para o Senegal e Gâmbia.

O impulso do fenômeno da emigração em seus diferentes níveis (interno e externo) atinge seu auge durante os primeiros anos do Estado Novo. Este fenômeno também existiu quando relacionado à emigração interna. A principal motivação para a emigração interna estava relacionada à busca por terras e por melhores oportunidades nas trocas econômicas de bens, e também, como reação ao trabalho forçado e aos régulos nomeados pelos portugueses. A nomeação colonial ameaçava toda a lógica de vida guineense vinculada com o sagrado, prejudicando desta maneira as estruturas sociais, culturais e econômicas de produção de bens. A partir da interferência portuguesa os habitantes de distintas sociedades iniciam um processo progressivo de emigração para os grandes centros urbanos visando obterem melhores condições de vida e oportunidade. Foi através deste processo de imigração interna que indivíduos oriundos de diferentes sociedades estabelecem um maior vínculo entre si nas áreas urbanas. Este vínculo seria importante em uma conjuntura futura durante a guerra de independência. A imigração interna veio paralelamente a contribuir para um maior desequilíbrio populacional entre centros urbanos e áreas rurais³⁰.

A forma e orientações de como cada colônia e região seriam governados em nenhum momento foram mencionadas em documentos oficiais. Alguns autores acreditam que por conta da tamanha complexidade populacional das colônias e pelo pouco conhecimento da realidade pelos portugueses não foi possível construir um sistema de orientações a âmbito administrativo. Sem entrar no mérito deste julgamento, os regulamentos portugueses proporcionavam consideráveis brechas na administração colonial. Na maior parte dos casos, esta política fazia com que as autoridades e funcionários das colônias atuassem como bem entendessem, a partir de interpretações e interesses pessoais. Por muito que se tenha ocorrido iniciativas de estudos científicos que tinham como objetivo

³⁰ op.cit, p. 28.

auxiliar na administração colonial – e que parte destas iniciativas veremos no capítulo 2 - esses estudos produziram pouco impacto no modo de como conduzir a nível administrativo tais territórios. O impacto que este aspecto informal da política administrativa teve na estrutura de vida das populações que habitavam a Guiné foi relativamente grande. Um dos exemplos deste impacto é a questão da sucessão tradicional relacionada às esferas políticas nas sociedades não-islamizadas. Eram através de três vias que se podiam assumir cargos políticos tradicionais, são elas: a sucessão por hereditariedade, ligado a linhagem matrilinear e precedida de rituais religiosos de consulta dos espíritos; a escolha da população caso haja ausência de algum sucessor que não se enquadre na primeira via; nomeação estabelecida pelas tradições. Foi uma dificuldade constante, articular a tradição africana de escolha da liderança política com os interesses administrativos. Estes se deram muitas vezes por acordos e alianças entre as duas partes. Outro aspecto que causava atritos era a forma como as autoridades coloniais julgavam o modo de vida das sociedades. Muitas das vezes classificavam como modos não civilizados ou injustos, e constantemente aturam para que tais hábitos e costumes fossem mudados. Recorriam algumas vezes à violência, e buscavam justificativa no ideal da colonização que civiliza. A violência cultural que a política colonial exerceu representava a ideia de que “(...) os usos e costumes dos nativos seriam respeitados só na medida em que não colidissem com os princípios e com a soberania portuguesa” (Cardoso, 1992, p. 35). Desta forma, a política colonial foi utilizada como uma tentativa de exercer fiscalização efetiva sob os hábitos das sociedades e dos indivíduos que viviam na Guiné e a intenção de substituir as organizações políticas de forma gradual e progressiva em processos administrativos e políticos inspirados na vida da metrópole. Tanto a cobrança dos variados impostos, como a instituição das “cadernetas indígenas”, são exemplos desta política. Pretendia-se ter a colaboração das pessoas para a exploração econômica, além da dominação cultural e política, mas reservando a estes indivíduos, um lugar de inferioridade, subalterno aos europeus³¹.

³¹ MENDY, Peter Karibe. A conquista militar da Guiné: Da resistência à “pacificação” do Arquipélago dos Bijagós, 1917 – 1936. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, nº 13, 1992.

As modificações nas atividades comerciais, um maior desenvolvimento nas esferas do trabalho, e o considerável aumento de obras públicas foram elementos adiados até a década de quarenta. A instabilidade política e administrativa anterior a este período, o atraso econômico português, as crises que atingiram a metrópole; foram usadas como justificativa do atraso das iniciativas de bem-público na colônia. No entanto, tais iniciativas só veem a se modificar por conta da conjuntura continental africana e da mundial. Nesta altura, já há grupos a contestarem a dominação e exploração em África. Após a Segunda Guerra Mundial está tendência só vem a se consolidar, a partir da rejeição das teorias raciais, muitas delas utilizadas pelo regime nazista. Diante deste contexto, o discurso português teve de se adaptar a este novo cenário. As transformações iniciadas foram no sentido de poder comprovar e demonstrar ao mundo o caráter místico luso-cristão de assimilação, de uma colonização supostamente respeitosa aos princípios humanos. Para sustentar este argumento, as iniciativas administrativas e científicas que já vinham sendo pretendidas desde a década de vinte pelas autoridades coloniais, e consolidadas pelo Estado Novo, foram algumas delas colocadas em prática. As transformações citadas no início do parágrafo perpassam por este contexto. Neste sentido, Carlos Cardoso (1992)³², escreve:

“A acção portuguesa na Guiné exerceu-se portanto durante muito tempo à sombra de uma exclusiva economia de resgate, ou seja apenas explorando as riquezas que os nativos colhiam e o que de resto se podia conseguir sem grandes investimentos. Por isso, em meados dos anos 40 a Guiné podia ser considerada como a única das colónias portuguesas em África que se apresentava como puramente de indigenato, isto é onde o chamado indígena constituía o elemento-base de toda a estrutura económica.”

O aumento considerável da produção para exportação, principalmente do amendoim, continuou a seguir as mesmas dinâmicas de produção. Desde os habitantes da Guiné, até a utilização da terra e dos bens excedentes da produção para a exportação. Nenhuma inovação tecnológica foi implementada pelos portugueses. O mesmo processo pode ser observado nas produções de arroz, coconete, borracha, dentre outros bens, cultivados por mulheres, homens e crianças. Os métodos de agricultura das distintas e diversas sociedades da Guiné,

³² CARDOSO, Carlos. A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social, 1926 – 1973. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, nº 14, 1992.

que tantas vezes foram diminuídos, por conta de serem tradicionais, é o que gera a economia guineense, e consequentemente a economia colonial. Sem a agricultura não haveria alimentação, nem comércio e muito menos indústria³³.

Nos finais dos anos quarenta, as principais atividades industriais destinavam-se: ao descasque do arroz, a fabricação de gelo, a fabricação de refrigerantes, a construção naval e a serração de madeiras. Era um campo econômico visivelmente inexpressível. A justificativa para isto se explica através da política econômica exercida pela metrópole em relação às colônias. O relativo impedimento do desenvolvimento industrial faz parte das influências da ideia de Pacto Colonial, onde figurava a proibição da implementação de indústrias de transformação. A única exceção a nível industrial estava relacionada à exportação agrícolas ou pesqueiras (Smith, p. 321)³⁴.

Como podemos identificar anteriormente na área econômica nos anos quarenta, houve mudanças no cenário da Guiné. Este cenário não foi restrito apenas a este campo. As mudanças também ocorreram na questão da relação social entre autoridades colônias e a população. A partir de então, as políticas coloniais e os discursos sofreram supostamente um abrandamento. Sobre estas políticas e discursos nos aprofundaremos nos capítulos seguintes.

³³ MENDY, Peter Karibe. A economia colonial da Guiné-Bissau: nacionalização e exploração, 1915 – 1959. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, nº 9, p. 38, 1990.

³⁴ SMITH, Gervase C. *O Terceiro Império Português (1825 – 1975)*. Lisboa: Coleção Teorema, s/d.

Discursos, imagens e saberes coloniais

Longe de mim a ideia de impedir aos cientistas estrangeiros o livre acesso às colónias. Mas a dignidade nacional impõe que também nós colaboremos no reconhecimento científico de territórios que nos pertencem. E, na referida viagem, não é difícil descobrir o propósito de preencher uma lacuna na geografia da África Ocidental, que o atraso da nossa investigação colonial autorizava a supor não nos dispuséssemos a preencher em breve. (RIBEIRO, 2010, pg. 184)

A citação anterior foi retirada da publicação *Cadernos de Campo* de Orlando Ribeiro, mais especificamente dos *Anais da Missão de Geografia à Guiné*, no ano de 1947³⁵. O caderno de campo possui essencialmente, plantas de casas da população guineense, inquéritos realizados em camponeses e colonos, visando compreender as suas atividades, recursos e modo de vida, além da tentativa de estudos topográficos e geológicos do território da Guiné. Suas reflexões variam desde a descrição do povoamento, da habitação, da lavoura, do pastoreio, do sustento da população, até da divisão do trabalho em relação à idade e sexo. Este conjunto de elementos formados a partir de conversas e entrevistas com a população, colonos, funcionários, e os habitantes “indígena e civilizado”, nos introduz na temática da produção de discursos, imagens e saberes coloniais. Neste capítulo, pretendo investigar os usos e sentidos dados aos “conhecimentos” coloniais produzidos por instituições e intelectuais portugueses, dando destaque à representações populacionais e problematizando estes estudos, com o intuito de pensar como tais vieram a legitimar e justificar a colonização do continente africano.

Já no início do século XIX, especialmente depois do desmoronamento do império luso-brasileiro, em 1825, Portugal reconhece a necessidade de afirmar e reforçar presença em solo africano. Foi a partir dos planos de Sá da Bandeira, onde defende a abolição do tráfico de escravos, a fim de garantir interesses econômicos, no sentido de incentivar atividades produtivas e utilizar os trabalhadores africanos como mão-de-obra, ao invés de os “exportar”, se pretende reconstruir uma economia colonial em África. Como já mencionado no capítulo

³⁵ HAVIK, Philip J.; DAVEAU, Suzanne (orgs.). *Cadernos de Campo Orlando Ribeiro - Guiné 1947*. Ribeirão: Editora Húmus, 2010.

anterior, no caso da Guiné, os portugueses entravam em contato principalmente com as sociedades que habitavam a costa e as regiões dos rios, caso que se repetiu nas outras colônias. A relação entre as sociedades que habitavam a Guiné e os portugueses era basicamente mercantil. E continuaria a ser até meados do final do século XIX, modificando-se diante do cenário da Conferência de Berlim. É a partir de tal conjuntura que se inicia de fato a tentativa de posse portuguesa nas suas áreas de “influência”, e que introduz a iniciativa de um colonialismo que pretendia racionalizar a natureza e os seres humanos. O ideal de posse efetiva do solo africano, só se deu para os portugueses, em sua concepção, posteriormente as guerras de pacificação³⁶. Posteriormente a resolução dos interesses entre as potências europeias orquestrada na Conferência de Berlim, cria-se a tentativa de aumentar os conhecimentos sobre a geografia, a flora, a fauna, a geologia, hidrografia, além de saúde e higiene tropicais, agro pecuária, comércio e etnologia colonial³⁷. Foram organizadas inúmeras expedições científicas com o intuito de recolher informações e dados sobre as populações, na qual traduzia-se a vontade de conhecer a diversidade humana de forma esquemática.

Na esfera do projeto colonial, tanto a identidade nacional, o apontamento político e o campo científico estavam intrinsicamente vinculados. Foram inúmeros e distintos os discursos construídos e combinados na política e na ciência que pretendiam definir a nação portuguesa como uma nação colonial. Neste sentido, a questão da raça era um tema que gerava grandes preocupações, pois estava inserido na temática da “identidade nacional”. Por conta disso há um comprometimento da ciência com o campo político. Responsáveis pela construção deste saber, estavam uma série de instituições, museus, escolas, que com o decorrer do século XX, começaram a reunir trabalhos, obras, coleções, a organizarem exposições, congressos e eventos destinados a divulgar saberes e informações sobre as colônias. Em 1874, são publicados dois decretos que visavam reforçar o objetivo de desenvolver estudos antropológicos³⁸. Pretendia-se

³⁶ É problemática a análise de domínio militar vinculado a controle político a partir das guerras de pacificação, como mencionado no capítulo 1.

³⁷ MATOS, Patrícia Ferraz. *As cores do império: representações raciais no Império Colonial Português*. 3ª ed. Lisboa: ICS, p.55, 2006.

³⁸ HENRIQUES, Isabel Castro. *Percursos da Modernidade em Angola. Dinâmicas Comerciais e Transformações Sociais em Angola*. Lisboa: IICT e ICP, 1997.

desenvolver o campo da antropologia física, campo este que vinha se expandindo pela Europa. A partir de guias e instruções, eram dadas orientações aos viajantes, missionários, e autoridades a recolherem partes específicas de corpos africanos, além de preenchimento de formulários para envio a metrópole. O intuito desta orientação era arrecadar o maior número de elementos, que proporcionasse a classificação das sociedades e dos “povos”, estabelecendo desta forma, tipologias culturais e raciais. Além das orientações já mencionadas, também se exigia a medição da força física e a realização de desenhos da cabeça de frente e de perfil. Para tanto, se fez necessário investir na formação de quadros coloniais e sensibilizá-los para a realidade das colônias. O conhecimento gerado através de tal formação pelos representantes do meio científico veio a justificar o exercício de poder e soberania política, como também a reivindicar o espírito de potência civilizadora. Vale a pena lembrar, que os conhecimentos elaborados baseavam-se, sobretudo na esfera empírica, não tendo o apoio de teorias, ou quando se apoiavam se utilizavam de teorias desatualizadas ou já em desuso. O ato de colonizar significa, sobretudo, dominar recursos físicos e humanos, mas vai além, também significa: “dominar discursivamente, pensar e falar sobre os indivíduos e territórios subjugados, e com isto afirmar o poder colonial” (Thomaz, 1997, p.83)³⁹.

Conjuntamente com a esfera política, atuava o papel da Igreja. A instituição apresentou-se a apoiar a missão civilizadora, no sentido de educar, proteger e evangelizar. Em relação, especificamente à Guiné, a Igreja foi uma ferramenta que pouco influenciou no projeto político. As causas para a pouca influência originou-se por conta da estrutura religiosa da região, que possuía grande influência do islamismo.

O termo “raça” foi utilizado como um dos critérios fundamentais de classificação das sociedades da Guiné. Geralmente, não foi utilizado no sentido racial ao pé da letra, e sim, ao tentar distinguir e diferenciar um determinado grupo social. É a partir da distinção das sociedades que habitavam a Guiné, baseada no imaginário da existência de “raças” e “etnias”, que se estabeleceu a necessidade de se estabelecer hierarquias. Hierarquias estas, que serão

³⁹ THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fapesp, 2002.

investigadas, neste trabalho, a partir da classificação de civilizados e não civilizados.

A fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1875, proporcionou uma nova perspectiva e investida aos estudos coloniais, além de ser uma alternativa institucional em resposta a um contexto internacional. O objetivo da criação da instituição era incentivar as explorações geográficas e reconhecer a importância das colônias. Em relação aos membros da instituição, Thomaz (2002, p. 97)⁴⁰, cita:

“Iniciativa privada de um grupo de intelectuais – professores de ensino superior civil e militar e profissionais liberais, comerciantes, industriais e oficiais do Exército –, contou com o apoio de João de Andrade Corvo, titular das pastas dos Negócios Estrangeiros e da Marinha e Ultramar, que durante a sua gestão criou ainda uma Comissão Central Permanente de Geografia (Guimarães, 1984, p.11)”.

Através de sua estrutura procurou estimular iniciativas de desenvolvimento de estudos sobre as populações dos distintos espaços ultramarinos, propondo no ano de 1880, a constituição de um curso colonial, patrocinada pelo poder público. Com esta proposta iniciava-se a etapa do colonialismo científico colocado em prática. Disciplinas relacionadas a história e a geografia da colonização, à administração, ao direito consuetudinário, às línguas e a etnografia, faziam parte do corpo de cadeiras do curso. Outras iniciativas de cursos foram criadas, mas quase todas com pouco sucesso, por exemplo, foi o caso do curso organizado pelo Instituto 19 de Setembro, onde somente a disciplina de Higiene funcionava com regularidade. Outros exemplos de cursos que podemos mencionar vinculados a instituições que realizavam estudos, se referem a Escola de Medicina Tropical (criada no ano de 1902) e a Escola Colonial (fundada no ano de 1906). A última tinha como objetivo principal preparar os civis da administração colonial que trabalhavam no ultramar com vínculo no Ministério da Marinha e do Ultramar. A Escola Naval e a Escola de Guerra também podem ser citados como exemplos.

O campo antropológico só veio a integrar-se ao colonialismo português, posteriormente as primeiras investidas, especialmente quando o governo acabou por incorporar teses científicas, com o intuito de justificar a colonização de “povos não civilizados”. Um aspecto que vale a pena ser lembrado é a

⁴⁰ op.cit, p.97.

importância do domínio físico para o campo, onde as teorias raciais influenciaram radicalmente tal proposta. Sobre a influência de teorias científicas, existia um predomínio considerável de teorias internacionais na Antropologia realizada em Portugal, que focavam em uma produção semelhante a das ciências matemáticas e físicas, prezando pelo teor descritivo, classificatório e comparativo, baseados em modelos evolucionistas da teoria de Darwin. Outra vertente que se acentuou no início do século XX, anteriormente a Antropologia, diz respeito aos estudos etnológicos. Em um primeiro momento da colonização, não se achava tão necessários os dados antropológicos dos nativos, pois se acreditava por parte de alguns colonos que as populações locais se submeteriam naturalmente as autoridades coloniais e que conseqüentemente não seria preciso utilizar de acordos ou do uso da força. Entretanto, a tentativa de ocupação portuguesa não teve tarefa fácil nas inúmeras coloniais, sendo preciso obter um conhecimento específico sobre tais populações. E é nesta conjuntura que a Etnografia surge para dar conta desta necessidade. Mesmo com o esforço de se atingir resultados que contribuíssem para o contexto, muitas das temáticas a serem desenvolvidas tiveram como tema principal a rentabilidade econômica oriunda da extração e exploração de recursos naturais, incluindo a exploração da mão-de-obra dos habitantes.

Durante o regime ditatorial instaurado com o golpe militar em 28 de maio de 1926, António de Oliveira Salazar⁴¹ tornou-se ministro das finanças até o ano de 1932, e posteriormente, chefe de governo. Sua política, a partir do momento que esteve a fazer parte do governo, foi baseada em redução de custos, onde as regiões mais atingidas foram as colônias. Apesar da diminuição de recursos, o Estado Novo tentou implementar, logo em seus primeiros anos, a ideia de nacionalização das colônias. Tendo a ideologia colonial sofrido grande influência do imaginário português foi através do mito da missão colonizadora e através da invenção do termo “indígena”, que surgiram os princípios orientadores da política colonial, expressos claramente, nos artigos do Acto Colonial (1930)⁴². A produção da nova legislação teve dois objetivos diretos: primeiro, reduzir os poderes e a autonomia das autoridades coloniais, que a partir de então recebem ordens do

⁴¹ Estadista nacionalista português. Governou Portugal de 1932 à 1968, em um período ditatorial que ficou conhecido como Estado Novo.

⁴² Legislação colonial.

Ministério da Colônias e do governo; segundo, estabelecia a distinção de direitos e deveres entre os nascidos em Portugal, os “assimilados” (no caso da Guiné, os “grumetes”) e os “indígenas”. No fundo, a intenção com estes objetivos, era tentar exercer maior poder sobre as colônias para ter a oportunidade de melhor explorá-las. Além de estabelecer através da maneira de se vestir, da educação escolar e do comportamento social, maneiras de se distinguir a população. Desta forma, poderiam se distinguir os assimilados, dos indígenas; e hierarquiza-los. Outro aspecto de considerável relevância dá conta da questão da nacionalidade, que mesmo possuindo o mesmo estatuto, ainda assim era designada por raças, negando a autonomia destas sociedades. Explicitava a condição inferior de tais populações, utilizando-a para justificar a investida portuguesa em evangelizar, proteger e civilizar aqueles indivíduos. Neste sentido, Mattos (2006, p.63)⁴³, escreve:

“(…), o império é uma entidade política que pressupõe a existência de identidades que o “habitam” numa hierarquia, enquanto a nação pressupõe que essas identidades têm algo em comum muito importante que lhes permite a ela pertencer”.

O Acto Colonial possibilitou a afirmação de intelectuais a agirem na vida pública da sociedade portuguesa. Dividiam-se entre instituições, esferas administrativas, e até mesmo na imprensa, entre jornais e revistas. Questões a nível burocrático e administrativo, projetos de saneamento e higienização, revisões históricas sobre o império colonial, descrições das sociedades e dos territórios do ultramar, congressos; eram estas esferas em que os intelectuais portugueses lutavam para justificar as investidas de uma nação que se definia ao passar dos séculos e anos, pelo empreendimento colonizador.

O Acto foi aprovado em 8 de julho de 1930, pelo Decreto nº 18570 e foi inserido na Constituição de 1933. Só vindo a ser extinto no ano de 1951. Suas orientações serviram de base para a realização e construção de outras normas, como o Código do Trabalho dos Indígenas das Colónias Portuguesas de África de 1928, o Diploma Orgânico das Relações de Direito Privado entre Indígenas e Não Indígenas de 1929 e a Reforma Administrativa Ultramarina de 1933.⁴⁴ Estas

⁴³ MATOS, Patrícia Ferraz. *As cores do império: representações raciais no Império Colonial Português*. 3ª ed. Lisboa: ICS, 2006.

⁴⁴ op.cit, p. 64.

inúmeras normas, constituíram o sistema português de política indígena⁴⁵. Todavia, o sistema promovia estruturas de sujeição dos indivíduos. Por exemplo, proibindo-os de sair da sua circunscrição, a obrigação de possuir registros relativos ao recenseamento e censos, com a intenção de melhorar a fiscalização. A tentativa de melhorar a fiscalização estava relacionada à obrigatoriedade do pagamento dos impostos. Para a realização do pagamento dos impostos era necessário que os indivíduos negros fossem obrigados ao trabalho, ainda que fosse preciso utilizar de violência. As autoridades coloniais e administrativas criavam meios para recrutar mão-de-obra para fins públicos como também para particulares. Na mentalidade das autoridades era necessário vencer a preguiça, aspecto natural da condição da população negra. Desta maneira, desrespeitavam e atacavam os marcadores de território presentes nos costumes e maneiras da vida cultural, social e econômica das sociedades da Guiné, como dentre também das outras colônias. As sociedades que habitavam a Guiné e seus indivíduos eram vistos através dos valores e olhares da sociedade ocidental. Em um primeiro momento ilusório, a partir das inúmeras normas que constituíram o sistema português de política indígena, foi possível pensar que tais estatutos e códigos pudessem vir a respeitar os costumes e maneiras das sociedades da Guiné, a liberdade de contratação, o direito a remuneração e a proibição ao trabalho forçado. Estas normas no fundo mostraram-se medidas que revelavam um “racismo camuflado”, que acabou se revelando através de visões e ações paternalistas. A forma como populações foram identificadas nos Censos, estudos acadêmicos e nas imagens fornece-nos uma fonte de análise real destas visões e ações. Além disso, a classificação de não civilizados por estas fontes permitia com que estes indivíduos fossem considerados aptos ao trabalho, pois a ideia era que o trabalho era uma das ferramentas para a civilização.

Uma das formas mais eficazes de produção de propaganda colonial foi através da realização de congressos. Tais eventos incorporaram-se a vida intelectual portuguesa, em uma conjuntura privilegiada de divulgação de saberes e conhecimentos, escolhidos e selecionados para promover uma política de dominação e orientação dos indivíduos nas colônias.⁴⁶ Por mais que muitos dos

⁴⁵ Nomeação realizada por Silva Cunha.

⁴⁶ op.cit, p. 68.

trabalhos apresentados tivessem pouca fundamentação científica, eles funcionaram para dar a sensação de conhecimento sobre os territórios coloniais. Neles predominaram os estudos de antropologia e biologia, em detrimento dos elementos de estudos humanos e culturais. Diante deste processo científico, observa-se um processo de inventariação e classificação das sociedades e populações do ultramar, “coisificando” estes indivíduos. Desta forma, naturalizam as medições e análises desses sujeitos, a fim de avaliar a capacidade e resistência para o trabalho. Estes trabalhos empíricos geralmente continham uma série de tabelas, gráficos, desenhos e fotografias. Os principais temas de apresentação giravam sempre em torno do trabalho “indígena”, da ajuda ao colono, do ensino colonial e do aproveitamento e desenvolvimento de instituições “indígenas” para o sistema administrativo.

Além dos congressos houve outras formas e mecanismos de se realizar uma efetiva propaganda colonial. Imagens em fotografia, cartazes, pinturas, postais, livros, desenhos e o cinema, fizeram parte da propaganda e do imaginário colonial português. Também foram utilizados para o convencimento da importância da missão civilizadora exercida. Da mesma forma que tabelas, gráficos e desenhos, foram utilizados como artifícios para comprovar e auxiliar em estudos acadêmicos, com as imagens não foi diferente. É através de uma análise subjetiva que irá classificar e concluir inúmeros perfis morais. A imagem fotográfica, uma das nossas fontes de análise neste trabalho, é um instrumento que revela o real e a natureza. Mas nem por isso, pode se considerar as imagens como neutras ou isentas de discurso. Este material, este tipo de fonte histórica, passa por critérios previamente selecionados e que garantam que ilustre aquilo que o estudioso/cientista gostaria de demonstrar. Desta forma, as fotografias colônias nos dizem mais do dirigente da representação, do que propriamente do que está na fotografia a ser representado.

Na esfera dos discursos escritos há uma série de preconceitos e ideias que foram vinculados às populações que habitavam a Guiné, sendo estes, exemplos que demonstram como o conceito de “raça” foi utilizado e associado. Através de definições e caracterizações nos é possível identificar como as elites portuguesas vieram a “conhecer” tais sociedades, quais as imagens e descrições utilizadas, quais ideias foram associadas, sendo algumas extremamente discriminatórias, e

em outras levemente sutis. As fontes históricas que serão analisadas no capítulo 3, os Censos, a Missão de Geografia à Guiné em 1947, o Mapa Topográfico da Guiné e imagens coloniais; foram produzidos por grupos de pessoas muito distintos, desde funcionários administrativos e missionários, até políticos, geógrafos, antropólogos, médicos, jornalistas e militares. Os documentos produzidos por estes grupos traduziam a ausência de um olhar crítico, de uma atenção com os diferentes tipos de dados. Por mais que tais documentos apareçam neste capítulo, lado a lado, estes possuem formulações, princípios, opiniões e intenções muito distintas. A elite que produz estes documentos faz parte de um grupo dominante, que demonstra tendências e pensamentos etnocêntricos, onde se consideram-se pertencente a uma “raça exemplar”. Nesta mesma dinâmica considera-se os negros como pertencentes a uma “raça inferior”. O racismo gerado a partir de toda essa dinâmica se manifesta de variadas maneiras. As distintas formas de classificar, os critérios que foram utilizados para obter tais classificações, os superficiais conhecimentos sobre a origem destas populações e de seus modos de vida, são as maneiras visíveis de reconhecer o racismo nestes estudos. Na maior parte das vezes, estas distinções surgiam a partir de uma pequena particularidade ligada à esfera social ou cultural.

Os preconceitos sobre a preguiça e o atraso civilizacional, também eram constantes. A ideia de uma desigualdade inata entre africanos e europeus se dá através da legitimação de que os africanos viviam em um estado de civilização anterior a dos europeus, e que estes só conseguiriam sair deste patamar evolutivo diante da convivência com os costumes europeus. Menosprezavam desta forma, uma possível troca cultural entre portugueses e os indivíduos da terra. Sendo sempre o “nativo” a aprender com os colonos, e nunca vice-versa. É corrente nas fontes, as ideias pré-estabelecidas de que os africanos não possuíam casas dignas, que as sociedades não tinham casas organizadas e que os meios de transporte, tanto a nível terrestre, quanto na questão de rios, lagos e mar, não possuíam elementos tecnológicos. Outra concepção pré-estabelecida destinava-se a considerar o negro com uma força física além dos padrões normais, justificando o fato por serem aptos e bons para trabalhar. Esta ideia é “comprovada”, no estudo realizado por Mariza Corrêa, divulgado no Congresso de Antropologia Colonial, no ano de 1934, aonde a autora demonstra a aptidão das “raças coloniais”, onde

concluí que os guineenses e timorenses são aptos ao trabalho mais também precavidos (2013)⁴⁷. Ao mesmo tempo em que eram considerados aptos, recebiam e sofriam o estigma de preguiçosos, de que só trabalhavam para suas necessidades básicas, ou que se desvinculavam facilmente do trabalho por conta de necessidades próprias. Esta dinâmica produzida negava e deslegitimava os marcadores de território tão importantes para compreender as populações da Guiné, e também as outras sociedades do ultramar. Outro estigma presente, vinculado também à esfera do trabalho, é a presença das mulheres na realização de atividades principalmente na agricultura e nas tarefas domésticas; contrariando a concepção de atividades masculinas e femininas dos portugueses. Negavam desta vez, o papel fundamental das mulheres na vida social, cultural, religiosa e econômica nas sociedades africanas. Também é comum encontrar referências dos africanos como seres infantis, crianças grandes, ou até mesmo como seres que estão na “infância da humanidade”. A esta concepção surgem uma série de justificativas relacionadas a ideias paternalistas, de que era necessário proteger e guardar os indivíduos das colônias sob a proteção dos portugueses. Neste sentido, a ciência veio legitimar esta concepção inserida no imaginário colonial português. Prova disso, Sampaio e Mello, em 1937, em uma conferência na Universidade de Coimbra, afirmou que os “incultos coloniais” faziam parte da grande massa das colônias, com exceção para os habitantes dos territórios da Índia e de Macau, que se encontravam em um estágio de semi-civilizados, em detrimento dos africanos “comparáveis às crianças na sua impulsividade psicológica e em seu grau de incultura”. Para mudar a condição dos “nativos”, era fundamental que os europeus pudessem “educá-los”. Juntamente com o processo educacional tem-se a consolidação da prática do castigo, como uma forma pedagógica de civilizar e domesticar os habitantes da terra.

A domesticação da mulher africana nas colônias foi um tema recorrente. O intuito é que aprendessem cuidados básicos de saúde e higiene, do “melhor” trato dos filhos e se vestissem de acordo com os padrões ocidentais. Esta intenção se expandia através da proposta de higiene a nível moral, onde foram incentivados os princípios da família ocidental e os costumes cristãos. Em paralelo a esta

⁴⁷ CORRÊA, Mariza. *As Ilusões da Liberdade: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

proposta, houve o combate contra práticas de superstição e de “feitiçaria”. A investida em moralizar os hábitos e costumes das mulheres na Guiné tinha um objetivo nítido: evitar o nascimento de mestiços. Este grupo encontrava-se no limite entre dois mundos, os dos brancos e dos negros.⁴⁸ Na Guiné, o grupo de mestiços era nomeado como “grumetes”. Este status racial indefinido do mestiço causou uma ambivalência na sua condição. Por um lado, alguns estereótipos dos negros são associados à sua condição, principalmente se o pai não o reconhecer como filho legítimo. Por outro, quando ocorria o reconhecimento do seu status social poderia chegar ao de “assimilado”, aproximando-se aos traços civilizacionais herdados do pai. Diante da condição de “assimilado” e através da escolarização poderiam alcançar serviço junto da burocracia do Estado português. Mas o fato do “mestiço” não possuir uma classificação racial específica gerava uma série de preconceitos, inclusive, de que se considerava a mestiçagem um fator perigoso para a humanidade. Desta forma, pode-se concluir que a ascensão de “mestiço” ocorre a partir de critérios culturais, através de uma maior aproximação com os costumes e hábitos ocidentais.

Tais representações, mencionadas no decorrer deste capítulo, fazem parte da visão colonial, construída por critérios de análise e observação ocidentais. No entanto, é através do discurso presente nas fontes históricas que tem-se a denúncia explícita do preconceito e do racismo presentes na colonização portuguesa na Guiné. Na medida em que os brancos são considerados como civilizados, vinculados ao poder, os africanos são classificados como não civilizados e destituídos de toda forma de poder e organização social. Como já visto no capítulo 1, muitas das vezes, a visão colonial era deturpada e modificada, a partir dos interesses coloniais, em detrimento da história e da organização de tais sociedades e população. As representações realizadas nas diferentes esferas, não eram naquela conjuntura problematizadas, desta forma permeavam a discriminação das populações, utilizando dados supostamente científicos para reforçar as distinções entre elas.

A produção antropológica portuguesa foi uma das principais ferramentas científicas na construção de representações sobre as diferentes sociedades que

⁴⁸ ALEXANDRE, Valentim. A África no imaginário político português (séculos XIX – XX). In: *Revista de História e Ciências Sociais*. 1995.

habitavam a região. O vínculo entre saber antropológico e saber colonial estavam intrinsicamente interligadas. De alguma forma, uma estrutura apoiava a outra. Este vínculo torna-se constante no início do século XX, com as variadas vozes que pretendiam aproximar a investigação científica dos solos coloniais. A proximidade de disciplinas como a Zoologia e a História Natural foi uma constante no processo de consolidação do campo de conhecimento. O fato é, que mesmo outras áreas do conhecimento, como na Geografia, nos documentos administrativos e nas produções de imagens, o saber antropológico acaba por influenciar diretamente. Houve duas divisões no campo da disciplina: a Antropologia Zoológica estava destinada a estudar os primatas; e a Antropologia Etnológica, que tinha como objetivo realizar estudos sobre a caracterização das raças.⁴⁹ Esta divisão contribuiu para criar dois tipos de classificação, baseadas em parâmetros distintos. São classificações referentes primeiro, à questão da cor da pele, a raça, e segundo, à esfera cultural, econômica e social. A primeira classificação, em termos de generalização do continente africano, no sentido do domínio racial baseado na pigmentação da pele. A segunda baseava-se a partir da visão e experiência colonial na Guiné, e nas outras colônias, fazendo com que houvesse classificações e separações populacionais e de identidades através da percepção científica e administrativa dos portugueses. Desta forma, tais classificações arbitrárias demonstraram um caráter utilitarista em relação ao colonialismo e que acabaram por apoiar sua estrutura ideológica. As ideias evolucionistas que vieram a influenciar as estruturas do pensamento colonial estavam presentes como ferramenta classificatória.

Foi durante o contexto histórico do holocausto, que as teses científicas com a temática sobre “raça”, eugenia e “pureza racial” atingiram seu auge na Europa. E consequentemente reforçaram as práticas coloniais, estando às teses científicas a serviço do campo político. A construção destes tipos de teses e conhecimentos estavam inseridas em um campo artificial da produção dos saberes. Muitos dos antropólogos não se davam ao luxo de realizar trabalho de campo e de compreender a realidade nas diferentes regiões da Guiné. Por exemplo, muitas das vezes, o objeto/as sociedades a serem estudadas eram

⁴⁹ MATOS, Patrícia Ferraz. *As cores do império: representações raciais no Império Colonial Português*. 3ª ed. Lisboa: ICS, p.136, 2006.

observadas e analisadas a partir do escritório do estudioso. O recolhimento de dados e materiais era, muitas das vezes, realizado por pessoas sem ou com pouca preparação, onde recebiam instruções específicas, que não davam conta das experiências no campo. Geralmente, os resultados eram ambíguos e os questionários chegavam a conclusões ilusórias. Mesmo com resultados problemáticos, os intelectuais acreditavam estar a contribuir para a “empresa colonial”, a ponto de tentar racionalizar a vida dos “nativos”. Um dos exemplos da inversão dos espaços científicos, quando o campo “vai” ao laboratório, ocorreu nas Exposições coloniais de 1940, onde foram levados 150 habitantes das colônias (cento e nove homens e quarenta e uma mulheres) a fim de serem observados. Da Guiné, foram levados trinta e sete habitantes, sendo estes nomeados como pertencentes a população dos “bijagós” (15), “fulas” (8), “mandingas” (10), “saraculés” (4). Para cada indivíduo foram realizados quatro boletins: exame somatológico e grupo sanguíneo; registro fotográfico do indivíduo em várias posições; as impressões das mãos e dos pés; e por último contendo um exame antropométrico.

Outra associação recorrente é a de raça vinculada à noção de fixidez. Este conceito ganha importância a partir do momento que estabelece a ideia de formas fundamentais para o método de classificação. No início do seu surgimento, tal significação passa a ser um modelo concreto que tem como intuito a identificação dos indivíduos e a classificação em uma determinada proveniência. Enquanto buscava por uma tipologia dos indivíduos, na esfera das capacidades físicas, mentais e psicológicas, deixava de lado a influência do coletivo, da sociedade, na esfera do individual. Desta forma a partir de um indivíduo recolhiam características físicas que foram generalizadas para toda uma sociedade ou grupo social. Por exemplo, nomeações e identificações do tipo: os “bijagós”, os “biafada”, os “mandingas”, entre outras. Estas nomeações e classificações serão devidamente problematizadas no capítulo seguinte.

É durante as décadas de quarenta e cinquenta, mais especificamente após a Segunda Guerra Mundial⁵⁰, que temos uma aproximação dos termos “raça” e “população”. Através desta aproximação pode-se perceber uma tentativa de análise mais dinâmica, que muito das vezes, faziam com que os conceitos pudessem se confundir. Todavia, esta nova relação entre os conceitos, sofreu influência de teorias pautadas no evolucionismo neodarwiniano, que surge por volta da terceira e quarta década do século XX. Esta tendência buscava explicar a transmissão dos caracteres hereditários, averiguando a evolução e origem das espécies até os estudos biométricos. Relacionava o estudo dos genes com os caracteres morfológicos. Os antropólogos e intelectuais portugueses bebem desta teoria, no sentido de permitirem relacionar o conceito de raça com a ideia e concepção de população, mantendo estes conceitos e experiências estáticas, como se não houvesse possibilidade das distintas populações classificadas atingirem a civilização. Na dinâmica dos evolucionistas neodarwinianos estas populações estavam fixas no grau de evolução estabelecido pelos “experimentos” científicos, sendo incapazes de chegar à civilização. Mais uma vez, a ciência interligada ao poder estatal, com o objetivo de auxiliar no “progresso da nação”. Este tipo de classificação foi mantida até o final da década de cinquenta.

Foi no decorrer das décadas de quarenta e cinquenta, que progressivamente, o discurso e a política colonial foram se modificando como estratégia para prolongar sua influência aos domínios coloniais. Outros países conduziram o processo de descolonização de forma gradual, percebendo que as descolonizações das colônias africanas eram um caminho sem volta. Portugal, entretanto, na contra mão desta tendência, optou por incorporar os territórios ultramarinos ao estatuto de “integrados” à nação, nomeando os como “províncias”. Neste contexto tem-se o início do desaparecimento do termo “colonização”, substituída pela expressão “integração”. Tem-se uma tentativa de afastamento das ideias discriminatórias propagadas pelo Acto Colonial, e a

⁵⁰ A conjuntura política internacional criada após a Segunda Guerra Mundial, teve como uma das consequências do pós guerra, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que estabelece em sua carta de princípios, no artigo 73º, o direito dos povos de autodeterminação. Para se enquadrar a este princípio, Portugal sente a necessidade de reformular as esferas administrativas e econômicas do projeto colonial. A aproximação dos termos “raça” e “população” é uma das consequências desta mudança de perspectiva da política colonial.

iniciativa de se aproximar da teoria científica de Gilberto Freyre⁵¹. Para Freyre, a colonização portuguesa estaria baseada em princípios cristãos e na busca pela “integração” dos povos colonizados a civilização. O discurso colonial acerca da temática da “vocação imperial” foi sendo modificado. Passou-se a defender uma nação pluricontinental, em que todas as “raças” convivem em constante harmonia. No entanto, estas estratégias de sobrevivência, não conseguem esconder os diferentes discursos e políticas que ainda deixam transparecer e viva a desigualdade de estatuto e o preconceito relativos às populações das colônias.

É na conjuntura citada no parágrafo anterior, que surge as primeiras iniciativas de reunir na Guiné um centro do projeto de colonização científica. Dentre uma das estratégias de “integração” portuguesa se encontrava a efetiva ocupação científica das colônias a partir da fundação de instituições de pesquisa e financiamento de missões. Estas iniciativas são alcançadas em solo guineense, no ano de 1945, com a criação do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. É só neste contexto, pós Segunda Guerra Mundial, que a região conhecerá uma verdadeira política de colonização, explicada pela nova ordem mundial, que viria a reconhecer a soberania das populações até então colonizadas, obrigando desta forma, o governo português a modificar sua política colonial⁵². Houve um especial interesse na implementação dessa nova política colonial no solo guineense, a pretexto da comemoração do quinto centenário da “descoberta” daquele território. A intenção das autoridades portuguesas era, na verdade, demonstrar para o mundo a experiência na Guiné, como exemplo de seu desinteresse colonial. Juntamente encontram-se a estrutura administrativa e os colaboradores⁵³ do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa a colaborar com esta intenção. Consequência destes esforços, em 1946, é produzida pelo Centro, a publicação Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Permaneceria sendo publicado regularmente, com quatro volumes anualmente, até o ano de sua extinção, em

⁵¹ Para se aprofundar na teoria freyriana do luso-tropicalismo e da miscigenação na conjuntura colonial, v. Schneider (2013).

⁵² CARVALHO, Clara. O Saber e o Olhar Colonial: Política e Iconografia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. In: *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, n° 8, julho, 2004.

⁵³ Funcionários administrativos, civis ou militares.

1973. Marcelo Caetano, Ministro das Colônias, no volume I, no artigo de abertura⁵⁴, escreve:

“Que esta revista seja, a partir de hoje, o registro fiel de um progresso incessante, a crónica nova da conquista da Guiné para a civilização e para a ciência, sempre dentro das concepções tradicionais da política colonial que soube casar a fé e o império: - a necessidade do mando com a fraternidade cristã!”.

A atividade principal era elaborar etnografias locais, sendo estes trabalhos, na maioria, produzidos por administradores coloniais. Publicar artigos, monografias e fotografias consistiam em outras atividades corriqueiras do Boletim. Os artigos e monografias possuíam como temática desde publicações de cunho etnográfico, histórico, de botânica, geográfico, até mesmo veterinário. Vale a pena ressaltar que estes trabalhos eram produzidos por pessoas, que na maior parte das vezes, não possuíam formação específica na área do conhecimento antropológico⁵⁵. Mantinham a dinâmica de consolidar estruturas de pensamento baseadas no imaginário colonial de inferioridade das populações que habitavam a Guiné e na rasteira classificação a partir do conceito de etnia.

Mesmo após o período da Segunda Grande Guerra Mundial, as representações preconceituosas e hierarquias se mantiveram como podemos perceber com o que foi exposto até o momento. A aparente mudança no discurso e na política colonial nada influenciou nas intenções e pretensões coloniais, nem mesmo nas representações que estes realizavam dos habitantes da Guiné. Neste capítulo, pudemos observar e identificar, durante o decorrer da primeira metade do século XX, as investidas científicas utilizadas como justificativas do discurso colonial. Foram enumeradas e citadas variadas tentativas de consolidação de saberes que pudessem efetivamente contribuir para o progresso da nação. Todos estes saberes baseados no imaginário colonial português. Diante do estudo e do debate que foi realizado até aqui, faz-se necessário uma melhor e maior análise dos discursos coloniais presente em distintas fontes a partir do ideal estabelecido de civilização. Afinal de contas, quais são as representações ligadas e vinculadas a questão: o que é não ser civilizado na Guiné?

⁵⁴ Artigo disponível através da página:

<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N001-N004&p=5>

⁵⁵ Ao contrário de colaborações de médicos, biólogos, veterinários e agrônomos.

O que é ser civilizado? O que é não ser civilizado? Representações coloniais dos Povos da Guiné.

Essas três instituições são o censo, o mapa e o museu: juntas, elas moldaram profundamente a maneira pela qual o Estado colonial imaginava o seu domínio – a natureza dos seres humanos por ele governados, a geografia do seu território e a legitimidade do seu passado. (ANDERSON, 2005, p. 227)

O principal fenómeno da colonização é a instauração de novas divisões territoriais (“círculos”, “distritos”, “territórios”), por outras palavras, trata-se da fragmentação da “economia-mundo” que era a África pré-colonial numa miríade de pequenos espaços sociais logo constituídos em várias “raças”, “tribos” e “etnias”. (AMSELLE, pg. 23-54)

Os trechos destacados a cima transmitem em aspectos distintos, a moldura do capítulo que se inicia. Através dos apontamentos e debates realizados nos capítulos anteriores, pudemos observar brevemente processos históricos entendidos a partir do olhar das sociedades guineenses em relação às investidas coloniais, vinculado à perspectiva deturpada deste contexto pela visão colonial; e, como os supostos conhecimentos, saberes coloniais e científicos foram utilizados como ferramenta para justificar a colonização portuguesa em África. Neste capítulo, a intenção será analisar o conceito de civilização empregado em distintos documentos a partir de seus usos e sentidos. Serão utilizados documentos de diferentes tipos e estruturas, a fim de compreender como cada um expôs o conceito e sua concepção. No entanto, antes de começarmos a realizar tais análises, faz-se necessário pensar nos aspectos levantados nos trechos destacados.

Como mencionado na Introdução deste trabalho, um dos norteadores teóricos empregados foi o termo *identidades imaginadas*. Este termo criado por Benedict Anderson, e utilizado na sua obra “Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo”⁵⁶, para explicar as ideologias e políticas coloniais, além da “gramática” em que elas foram apresentadas desde o século XIX. Para isto, se vale do exemplo e da experiência do Sudeste Asiático, e propõe que os historiadores se utilizem de uma perspectiva de história comparada, a fim de comprovar se a vivência do período colonial em outras partes da Ásia e do continente Africano podem se sustentar a partir de seus argumentos e de seu

⁵⁶ O autor trabalha especificamente com este tema e com o conceito exposto no capítulo 9 da obra. ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.

estudo. A partir da análise de fontes como o censo, o mapa e o museu, o autor articula o conceito de *identidades imaginadas* com a produção de uma mentalidade classificatória do Estado colonial, que só pode ser possível por conta da penetração da administração imperial. Para a interpretação devida das fontes usaremos alguns apontamentos e reflexões do autor sobre os censos e os mapas.

A reflexão que o autor utiliza em relação ao termo *categorias de identidade* visa dar conta das múltiplas classificações exaustivas e inequívocas traduzidas por “categorias constantemente unificadas, separadas, re combinadas, misturadas e reordenadas” nos censos (Anderson, 2005, p.229)⁵⁷. Neste sentido através desta breve análise temos uma ferramenta que torna possível problematizar as inúmeras categorias classificatórias raciais e étnicas realizadas por portugueses em relação aos habitantes da Guiné em variados documentos.

Em relação aos mapas de tipo europeu e as representações cartográficas, problematiza o fato da produção destes instrumentos estar baseada em uma classificação totalizante⁵⁸. A partir da constatação de que os europeus buscavam legitimar a expansão de seu poder colonial através de métodos de aparência legal, estes se lançavam na iniciativa de reconstruir a história das novas posses. Daí a efervescência de mapas históricos e topográficos⁵⁹ diante desta conjuntura. Por conta da proliferação sistemática destes mapas foi surgindo progressivamente uma espécie de narrativa das regiões e das colônias que vieram a preencher a demanda das potências imperialistas.

Diante do que foi apresentado brevemente sobre os censos e mapas, é possível considerar que existe uma interseção entre estes documentos. Os mapas delimitavam os espaços a nível territorial enquanto que os censos limitavam a

⁵⁷ “Daí a estranha subcategoria de “Outros” em cada grupo racial – os quais, porém, não devem de modo algum ser confundidos com outros “Outros”. A ideia fictícia do censo é que todos estão presentes nele, e que todos ocupam um – e apenas um – lugar extremamente claro. Sem frações”. In: ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, p. 230, 2005.

⁵⁸ “Em termos de inúmeras teorias da comunicação e do senso comum, um mapa é uma abstração científica da realidade. Um mapa apenas representa algo que já existe objetivamente “ali”. Na história que eu apresentei, essa relação estava invertida. Um mapa antecipava a realidade espacial, e não vice-versa. Em outros termos, um mapa era um modelo para o que (e não um modelo do que) se pretendia representar”. (Thongchai, 1988, p. 310, apud Anderson, 2005, p. 239).

⁵⁹ Representação gráfica dos relevos naturais e artificiais.

nível político as populações e seus habitantes. Neste sentido, as delimitações políticas contaram com outros tipos de documentos a fim de possibilitar as classificações e nomeações entre as esferas das etnias e da civilização.

Relembrando o estudo de Amselle⁶⁰ sobre a ideia e a concepção de etnias no continente africano, temos referência ao termo como uma criação realizada no período pré-colonial, onde foi utilizado como um modo de reagrupamento ideológico de um conjunto de atores específicos, em relação às unidades sociais mais reduzidas (os clãs e as linhagens). O emprego de nomeações étnicas demonstra a relação entre a política pré-colonial e a política colonial. Diante destes dois casos, o desenrolar do processo de territorialização foi organizado a partir do mesmo projeto, reagrupando as sociedades, designando-as por meio de categorias, com o intuito de exercer um controle eficaz. Antes das investidas coloniais, tais populações encontravam-se inseridas em *cadeias de sociedades*. Posteriormente às investidas ocorrem uma efetiva desarticulação social⁶¹. Este processo de desarticulação pode-se perceber através de três formas distintas: primeira, a criação de etnias; segunda, a manutenção das nomeações usadas no período pré-colonial durante o período colonial; terceira, e última forma, transformação das unidades políticas existentes no período pré-colonial em etnias. Segundo o autor, estas nomeações realizadas foram reivindicadas, em um primeiro momento pelos atores sociais que acabaram por transformá-las em um instrumento ideológico de ação social.

No caso das sociedades que habitavam a Guiné, estas não reconheciam nas nomeações realizadas, uma maneira de classificá-las ou diferenciá-las, pelo menos não nos anos iniciais das investidas coloniais. Veremos que através das fontes é possível observar uma classificação única quando nos referimos ao termo *raça* interligada com a concepção de etnia e a critérios baseados nos preceitos do termo não civilizados quando relacionados a estas sociedades. Ainda neste capítulo, poderemos observar adiante, como as formas de classificação se mantiveram e como elas foram utilizadas pelas diferentes instâncias coloniais, sem receber influências das inúmeras sociabilidades existentes entre populações locais e

⁶⁰ AMSELLE, Jean-Loup. Etnias e espaços: para uma antropologia topológica. In: *Pelos meandros da Etnia*. Luanda: Edições Mulemba, Ramada: Edições Pedagogo, 2014.

⁶¹ Patrocinada pelas autoridades coloniais.

autoridades coloniais e colonos⁶². Durante a década de quarenta houve um esforço para que se admitisse com bom grado a presença dos “assimilados” como figura presente na vida social na Guiné, visando demonstrar a condição de uma colonização mais integradora. Veremos qual foi a condição de inserção desse grupo e se na prática ela ocorreu.

O conceito de civilização, tantas vezes citado e pontuado neste trabalho, vem a possibilitar compreender a maneira com que as sociedades guineenses foram classificadas em distintos documentos. Pode parecer simplório, estabelecer e analisar um termo tão citado em trabalhos sobre a temática colonial, de um modo geral. Mais o que pude observar nas leituras que realizei até o momento é a constante constatação da justificação da colonização a partir da ideia em torno do conceito. Constatação esta que acaba por ser definidora de um processo, mas que não o explica, não o analisa. E é a partir desta etapa que pretendo me debruçar sobre a análise do discurso do termo.

No decorrer dos séculos, o conceito passou por algumas significações e usos. Mais desde o século XVI e XVII passa a designar o desenvolvimento da polidez, cultura das artes e da ciência; o abrandamento dos costumes; a educação dos espíritos; o crescimento do comércio; e a aquisição de uma vida luxuosa. Para as sociedades ocidentais, primeiramente, o termo designa o processo que faz deles civilizados, e posteriormente, a consequência acumulativa deste processo. Desde então, distintos escritos e estudos tem buscado dar conta de discriminar as condições morais e materiais da civilização. Existem dois sintomas que acabam por serem considerados consequências diretas da civilização: o desenvolvimento da atividade social e o da atividade individual; o progresso da sociedade e da humanidade⁶³. Desta forma o projeto civilizador torna-se parte de um processo coletivo interrupto, no qual a sociedade ocidental, o introduz no processo fundamental da história da humanidade. Neste momento surgem várias denominações e categorias classificatórias para os seres humanos ou sociedades que não se enquadravam neste processo. Selvageria, barbárie, sociedades

⁶² O número de colonos que habitavam o território da Guiné foi inexpressivo.

⁶³ “Por toda parte onde a condição exterior do homem se amplia, se vivifica, se aperfeiçoa, por toda parte onde a natureza íntima do homem se mostra com brilho, com grandeza; por esses dois sinais, e muitas vezes a despeito da profunda imperfeição do estado social, o gênero humano aplaude e proclama a civilização”. STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, p.15, 2001.

vinculadas à natureza, primitivismo, foram algumas das inúmeras categorias criadas. Tais classificações acabaram por impulsionar a imaginação de estudiosos e intelectuais que começaram a pensar nos caminhos, mecanismos, causas do percurso do ser humano ao decorrer dos séculos.

Em meados do século XVIII, o conceito de raça acaba por ser inserido nas discussões referentes aos sistemas de classificações relacionadas à concepção de civilização. Nesta conjuntura a história natural é a ciência que pretendia analisar as relações classificatórias. O campo da história natural tinha como intenção observar, medir, comparar e ordenar os corpos humanos e de animais, através de características visíveis, permitindo identificar, diferenciar e classificar os seres. Através de categorias classificatórias, catálogos e inventários se dava o esquema de representações. Entretanto, tais análises produziram um número considerável de representações, o que comprova a falta de consenso na comunidade científica. Esta conjuntura estava inserida em um contexto pré-darwiniano, onde as espécies foram consideradas imutáveis, e seus membros detentores da essência que os diferenciava uma das outras. Vinculadas a este pensamento surge a noção de pureza racial⁶⁴ e consequentemente, a de miscigenação. Tendo esta última um caráter negativo, pois contamina a pureza da raça⁶⁵. Desta forma podemos concluir que o discurso moderno teve papel fundamental na formação de esquemas classificatórios que utilizam a temática da raça como categoria. A concepção de raça foi considerada como um aspecto natural, e por isto, foi utilizada para distinguir socialmente, moralmente e culturalmente sociedades e indivíduos. É diante da concepção de raça criada no século XVIII, que se tem a origem das teorias raciais do século XIX e de parte do XX⁶⁶. Teorias estas que a partir das representações hierárquicas realizadas dos seres humanos, dentro de uma escala evolutiva e de progresso, contribuiu para justificar a inferioridade social e cultural do continente africano e asiático na viragem dos séculos. Além da classificação como inferiores, outra categoria recorrente, era de não civilizados.

⁶⁴ O conceito de pureza racial surge no século XVI, vindo a justificar a discriminação racial dos judeus.

⁶⁵ MATOS, Patrícia Ferraz de. *As cores do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português*. 3ªed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p.37, 2005.

⁶⁶ As principais teorias são: o evolucionismo social, o determinismo geográfico, o darwinismo social. Da teoria evolucionista surge a ideia de eugenia, que foi uma prática política que procurava melhorar as qualidades físicas e morais das gerações que ainda estavam por vir.

As potências imperiais europeias se utilizaram das concepções de civilização e de raça humana, mencionadas anteriormente, com o intuito de constituírem distintos projetos coloniais pautados na invenção de uma ideologia racial. Partindo da ideia de que o discurso colonial português é o espaço em que saber e poder se articulam entre si, no sentido de que, quem escreve, situa-se em um lugar de “fala”, através de um direito reconhecido institucionalmente. Este discurso, que se passa como verdade, acaba por veicular, transmitir saberes (institucionais) e que vem a gerar o poder.

No caso português, um dos efetivos exemplos deste projeto é o Acto Colonial⁶⁷. Tal documento oficial, contextualizado devidamente no capítulo 2, é produto da ideologia colonial, no sentido que expõe a tradição do poder colonial português, traduzindo a maneira como se deveria agir nas colônias, nas diferentes esferas⁶⁸. Em seu conteúdo em distintos momentos e estatutos aparecem oito vezes, termos que fazem alusão à civilização, ao ato de civilizar. A primeira referência ao termo encontra-se no Título I, “Das garantias gerais”, tem-se:

Art. 2º. É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de **civilizar** as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhes é adscrita pelo Padroado do Oriente.

No artigo em evidência podemos notar dois pontos importantes para pensar o termo civilizar. Primeiramente, o termo aparece vinculado ao mito colonial de missão colonizadora. No trecho em que exhibe que é uma função histórica da Nação Portuguesa possuir e colonizar os domínios ultramarinos reforça o “mito da herança sagrada”, que via na conservação de toda e qualquer fração do território ultramarino um imperativo histórico, onde se utilizavam dos domínios como prova dos grandiosos feitos de Portugal⁶⁹. A partir deste imaginário matinha a relação entre metrópole e colônias através de laços de pertencimento históricos

⁶⁷ Coletânea de Legislação Colonial. Carta Orgânica do Império Colonial Português – Ato Colonial – Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas – Relações de Direito Privado entre Indígenas e não Indígenas – Código do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas de África (disposições fundamentais) – Regime do Conselho do Império Colonial. Agência Geral das Colônias, Lisboa, 1948. A versão da legislação analisada neste trabalho faz parte do Anexo I, v. Thomaz, 2002.

⁶⁸ THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fapesp, p.71, 2002.

⁶⁹ ALEXANDRE, Valentim. A África no imaginário político português (séculos XIX-XX). In: *Revista de História e Ciências Sociais*. p.40, 1995.

que buscavam ir além da descoberta e da posse de territórios, atingindo um caráter messiânico. Através da legitimidade histórica e divina da colonização portuguesa, expressos na primeira parte da frase, tem-se consequentemente em seguida, a missão de civilizar aquelas populações, sendo o resultado, o produto dos feitos portugueses em África. Geralmente, a temática relacionada ao mito da herança sagrada ressurgia em momentos de iminência, real ou suposta, de perda das colônias. O mito em si, seus usos e sentidos demonstram dois elementos presentes no imaginário colonial: a consciência da vulnerabilidade política de Portugal na questão das ameaças estrangeiras; e a ideia de que a sobrevivência da nação estava diretamente ligada à existência do império ultramarino. O segundo ponto importante presente no Artigo, é o fato de o processo de civilizar e a influência religiosa exercida pelo Padroado do Oriente⁷⁰ caminharem juntas.

A segunda utilização do termo no documento, presente no Título II, “Dos indígenas”, aparece dialogando diretamente com as funções das missões religiosas cristãs nas colônias. Era de função exclusiva dos missionários religiosos a tarefa de levar uma educação diferenciada, possibilitando os meios para que os indivíduos pertencentes à sociedades locais pudessem exercer o papel de auxiliares do colonizador, como mão de obra. Diante disso destaco o referido artigo:

Art.24º. As missões católicas portuguesas do ultramar, **instrumentos de civilização** e influência nacional, e os estabelecimentos de formação do pessoal para os serviços delas e do Padroado Português, terão possibilidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado, como instituições de ensino.

Até o ano de 1945, a presença missionária cristã foi um aspecto insignificante na vida social da Guiné. Esta insignificância é explicada pela forte presença do islamismo na região. E após esta conjuntura a educação missionária se prolifera

⁷⁰ “O Padroado do Oriente foi formado durante a constituição do Império Temporal do Oriente. Naquele tempo o poder político português recebeu da Cúria Romana e aceitou a obrigação de propagar o cristianismo e assistir religiosamente os habitantes dos territórios abertos à sua expansão política; e ficou encarregado de escolher os missionários indispensáveis para a evangelização e o culto no Império, apresentar clérigos suficientes para os benefícios eclesiásticos, construir e conservar os lugares religiosos, fornecer os objectos necessários para as cerimónias sagradas e sustentar as pessoas entregues à catequização e ao culto”. Artigo disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2705/1/NeD53_ManuelGon%C3%A7alvesMartins.pdf

na Guiné mais com o intuito de corresponder à demanda familiar dos colonos⁷¹. Prova disto é o alto grau de indivíduos considerados analfabetos nos Censos registrados em 1950 e 1960. Como podemos observar nos dois artigos do Acto, citados até o momento, a instituição Igreja foi um instrumento prático na implementação do projeto colonial, onde legitima a ideia da inferioridade inata do negro e a condição de não civilizados, dando suporte à teoria de sujeição daquelas sociedades e indivíduos.

A terceira, quarta e quinta utilizações do termo ocorrem inseridas no Decreto nº 16.473, no Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas, de 1926. Inicialmente elas são somente direcionadas a Angola e Moçambique, tendo uma ressalva no final do documento que inclui a Guiné nesta legislação. Os usos dos termos nos diferentes contextos são muito distintos e nos possibilitam problematizá-los. Especificamente neste Estatuto são dadas basicamente as justificativas para a realização deste documento e regras de como funcionariam. É no contexto de justificar a necessidade do controle político, civil e criminal daqueles habitantes, em nome de uma suposta civilização de tais sociedades, que a terceira aparição do termo se dá. Tem-se:

“A governação ultramarina de Portugal obedeceu historicamente à norma cristã, humanitária e patriótica de manter e **civilizar** populações indígenas do nosso vasto domínio colonial e de as incorporar fraternalmente no organismo político, social e econômico da Nação Portuguesa”.

Além de enaltecer a governação portuguesa diante de vários adjetivos que qualificam a sua atuação - norma cristã, humanitária e patriótica - relembra a missão originada no “mito da herança sagrada” justificando a manutenção da ocupação portuguesa e a civilização das sociedades. Em um segundo momento na frase, expõe a intenção de incorporar os indivíduos “colonizados” no seio político, social e econômico mas não enumera efetivamente como se dará este processo. Efetivamente esta incorporação a nível político, social e econômico, que condicionaria o status de cidadão a estes indivíduos, nunca de fato ocorreu. E a justificativa para a condição civil nunca ter sido alterada é a presença e a

⁷¹ “Entre 1945 e 1947 foram abertas pelo menos mais 13 escolas missionárias em vários pontos da província, para além das adjudicações das construções de escolas em Bissorã, Canchungo, S. Domingos, Mansabá, Bambadinca, Gabú, Empada, Catió, e Bubaque”. CARDOSO, Carlos. A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social, 1926-1973. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, nº 14, p.51, 1992.

consolidação da ideia da inferioridade inata e imutável do negro. Neste sentido, a quinta utilização do termo civilização é implementada através de um uso distinto dos anteriores, a tentar classificar como civilização, de algum modo, as sociedades presentes em Angola, na Guiné e em Moçambique, como rudimentar. O termo é utilizado através do contexto:

“O novo diploma está orientado por duas ideias dominantes. Uma delas é assegurar não só os direitos naturais e incondicionais dos indígenas cuja tutela nos está confiada, e que são iguais aos dos europeus, como está fixado na legislação colonial portuguesa, mas também o cumprimento progressivo dos seus deveres morais e legais do trabalho, de educação e de aperfeiçoamento, com todas as garantias da justiça e da liberdade. O outro, ainda por força da mesma doutrina basilar, é o de os levar a todos os adiantamentos desejáveis dentro dos próprios **quadros da civilização rudimentar**, de forma que se faça gradualmente e com suavidade a transformação dos seus usos e costumes, a valorização da sua atividade e a sua integração no organismo e na vida da colônia, prolongamento da Mãe-Pátria”.

Além do termo “quadros da civilização rudimentar” vinculado a tais populações, o parágrafo em destaque, nos referencia questões relevantes a serem pensadas. O fato de o documento reconhecer a posse da tutela dos indígenas como fossem estes incapazes de gerirem suas vidas e sua condição de ser humano, e de serem os portugueses a terem a missão de gerir o cumprimento de deveres morais do trabalho, da educação e do aperfeiçoamento de costumes e hábitos é um agravante da condição civilizadora do projeto colonial português. É neste ponto que temos a legitimação através da legislação portuguesa do trabalho forçado e da exploração dos povos da terra em nome do processo civilizador português para algumas colônias.

O apresentado até então como interpretação e contextualização na quinta aparição do termo vem a colidir com a perspectiva da utilização anterior (a quarta), ainda não apresentada. Nela podemos reparar que a finalidade do processo civilizador só será alcançada a partir do momento que haja a atenção das autoridades coloniais de respeitar as condições de vida e de existência das sociedades e de indivíduos. Tem-se:

“Viu-se cada vez mais que o fim geral da **civilização** e de nacionalização que se pretendia atingir, com sujeição aos princípios de comunidade da natureza humana, apenas seria conseguido por uma organização que atendesse às próprias condições de existência do indigenato”.

Ao mesmo tempo em que acreditam ser importante para atingir a civilização e nacionalização nestes territórios, a atitude de entender, compreender as condições de existência do indigenato, na quinta aparição do termo, logo em seguida, classificam tais sociedades nativas como rudimentares⁷². É um tanto contraditório a tentativa de compreender estas sociedades a partir do momento que estas são classificadas como sociedades rudimentares em um documento oficial. Categorizar sociedades como “quadros da civilização rudimentar” representa dizer que tais sociedades não possuem “civilização”, são desta forma não civilizados. Muitas das vezes, a nível discursivo, as ausências ou presenças de expressões e palavras nos demonstram aspectos interessantes e reveladores. Veremos mais a frente no capítulo, como silêncios conceituais podem traduzir formações discursivas que dialogam entre o real e o imaginário.

A sexta aparição do conceito, o termo volta a demonstrar a referência ao processo gerador da condição de civilização. Antes de adentrarmos na interpretação efetiva do conceito, faz-se necessário remeter a ressalva feita por esta parte do Estatuto. Este coloca que os Estatutos anteriores já aprovados tem proporções amplas e que sua elevação moral e jurídica é superada pelas fórmulas das autoridades administrativas coloniais. Desta forma, não necessitavam do alargamento da estrutura do primeiro Estatuto, escrito em 1926, havendo apenas de carecer de alterações surgidas a partir da experiência em solo africano para melhor atingirem seus objetivos. E é nesta conjuntura, a se referirem aos objetivos administrativos, que se insere a concepção de civilização, vejamos:

“Respeitam essas alterações tão somente à parte formal do diploma e visam a facilitar a sua execução administrativa e judiciária, a viabilidade dos juízos e processos que constituem a base essencial de um estatuto acomodado às concepções psicológicas, desejos, necessidades **e vida de elementar civilização das populações indígenas**”.

Neste sentido, no mesmo Estatuto, no Artigo 233º. tem-se o termo a ser utilizado com a mesma ideia, representando o ato de civilizar como dever dos portugueses. Faz referência à proteção e ao desenvolvimento do indígena patrocinado pelas autoridades coloniais. Diante do apresentado, cito o Artigo em debate:

⁷³ Rudimentar significa aquilo que não se desenvolveu ou se aperfeiçoou. É algo que se encontra no estágio inicial, elementar.

Art. 233º. Todas as autoridades e colonos devem proteção aos indígenas. É seu dever velar pela conservação e desenvolvimento das populações, contribuindo, em todos os casos, para melhorar as suas condições de vida; têm obrigação de amparar e **favorecer as iniciativas que se destinem a civilizar o indígena** e a aumentar o seu amor pela Pátria portuguesa.

Vale a pena pensar e problematizar quais iniciativas são essas, utilizadas como ferramentas que conduzem a civilização. As principais iniciativas foram o trabalho forçado e a educação, ambos os aspectos, segundo a ideologia colonial, abrandavam os costumes e hábitos. Estes instrumentos visavam nacionalizar os homens e as coisas, em específico, para criar uma mentalidade portuguesa entre os indígenas. Outro aspecto relevante é o exacerbamento do nacionalismo expresso no documento e vinculado neste Artigo ao conceito. Este nacionalismo tende a reduzir o outro, neste caso o negro, a esfera de simples objeto, de um mero receptor dos valores da civilização europeia, e o mecanismo de transmissão é através da colonização portuguesa. Entretanto, nega os valores, a cultura das distintas sociedades e populações de Angola, da Guiné e de Moçambique. Esta categorização do homem negro, que habitava a Guiné, facilita as representações diante de expressões como povos primitivos, próximos da animalidade, e que não contribuem para a evolução do processo civilizacional⁷³.

A oitava e última aparição do termo dá-se no finalzinho da legislação, precisamente no Art. 248º., volta a resgatar a função das missões católicas portuguesas nas colônias, colocando-as como um instrumento da civilização. Cito o artigo:

Art. 248º. As missões católicas portuguesas do ultramar, **instrumentos de civilização e influência nacional**, e os estabelecimentos de formação de pessoal para os serviços delas e do Padroado Português terão personalidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado como instituições de ensino.

No trecho destacado do documento, podemos identificar como os laços entre a esfera mítica/religiosa e a esfera do real/da experiência são tênues. A formulação dos mitos que impulsionam e justificam a colonização portuguesa fazem parte também destes laços. O “mito da herança sagrada” - tantas vezes mencionados neste capítulo - esteve inserido na lógica do imaginário colonial que não passa de um mero mito de justificação ideológica. Tal mito, entre outros, terão seu

⁷³ ALEXANDRE, Valentim. A África no imaginário político português (séculos XIX-XX). In: *Revista de História e Ciências Sociais*.1995.

imaginário reivindicado até a década de quarenta, mais especificamente, até o fim da Segunda Guerra Mundial. As pressões internacionais relacionadas à descolonização dos múltiplos territórios africanos geraram uma tentativa de mudança na ideologia colonial. De colônias passaram a ser denominadas como províncias. Do discurso do caráter civilizatório da colonização passaram a um suposto discurso de caráter integrador, de assimilação. Mas será que efetivamente os discursos, o olhar, o imaginário colonial se afastam da justificação da colonização pautada pelo conceito de civilização? Veremos a seguir como distintos documentos lidaram com os usos e sentidos do conceito nesta conjuntura.

Um dos frutíferos documentos que possibilitam pensarmos na produção acadêmica é o relatório oriundo da Missão de Geografia à Guiné em 1947⁷⁴. Escrito por Orlando Ribeiro, geógrafo, licenciado em Ciências Históricas e Geográficas pela Universidade de Lisboa (1932), e com doutorado em Ciências Geográficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Letras (1936), tendo sido nomeado em 1943, para professor na instituição em que realizou seu doutorado. No mesmo ano de sua nomeação, funda o Centro de Estudos Geográficos (CEG). A Missão de Geografia à Guiné foi promovida pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais⁷⁵, criada em 1936. O geógrafo solicita a Junta uma missão de estudos a Cabo Verde, e neste meio tempo, aproveita a oportunidade de conhecer a Guiné. O interesse e a investida do geógrafo na Guiné é ocasionada, principalmente, por conta da organização da segunda Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais (CIAO), que iria se realizar em Bissau. Todavia, os portugueses possuíam um conhecimento geográfico ínfimo em relação à Guiné. É no impulso de manter a “dignidade nacional” perante geógrafos e intelectuais estrangeiros que Orlando Ribeiro se lança no objetivo de “reconhecimento científico” da colônia durante a Missão. Anteriormente a presença de Orlando Ribeiro, só Mendes Correia⁷⁶ fizera uma tentativa de reconhecimento geológico através da Missão de Geologia, comandada

⁷⁴ Ribeiro, Orlando (1950a). *A Missão de Geografia à Guiné em 1947*. Anais da Junta de Investigações Coloniais, vol. V, t. III, Estudos de Geografia, Lisboa:3-23.

⁷⁵ A partir do ano de 1951 passou a ser nomeada como Junta de Investigações do Ultramar.

⁷⁶ Antropólogo português, médico, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto da disciplina de Antropologia.

por Carrington da Costa⁷⁷. A proposta é que o geógrafo pudesse realizar um reconhecimento da colônia e apresentar breves resultados na CIAO, a fim de mostrar que os portugueses estavam a avançar nos estudos científicos de sua possessão. O “reconhecimento” se deu a partir da ação conjunta científica na Missão de Geografia de Carrington da Costa, e de seu ajudante Décio Thadeu, e Orlando Ribeiro, tentando aproveitar todas as possibilidades de estudos⁷⁸. Ao chegar à Guiné, o geógrafo encontra os estudos etnográficos em florescimento através do Centro de Estudos Etnográficos da Guiné Portuguesa. Influenciado por este florescimento, os principais temas que permeiam a investigação são: o povoamento, a economia e os modos de vida. Desta forma, mais direcionado a Geografia Humana.

O documento publicado, escrito em 1947, e publicado em 1950, nos Anais de Estudos de Geografia, nos fornece uma riqueza de informações que permeiam o contexto da Missão e nos traz um fator interessante em relação ao conceito de civilização e a forma como foram representadas as sociedades que habitavam a Guiné. O documento é dividido em seis partes: origem e constituição da missão, coordenação e deslocamento das duas missões, trabalho de campo, outros elementos de informação, objetivos de trabalho e súmula de trabalhos científicos. Nele, encontramos uma única vez a referência ao termo civilização. Na verdade o termo foi utilizado para categorizar a distinção entre a população guineense (classificadas como indígenas) e os habitantes estrangeiros (civilizados). Desta forma, cito o trecho em questão, localizado no subcapítulo referente ao trabalho de campo:

“Procurei entrar em contacto com as populações e informar-me dos seus modos de vida e economia. A época era má, visto que as culturas se fazem quase só durante o tempo das chuvas. Vi ainda lavar algumas bolanhas e recolhi uma colecção de instrumentos gentílicos usados no amanho da terra. Visitei alguns estabelecimentos de colonos e, em conversas com funcionários administrativos e comerciantes, junto dos quais encontrei sempre muito bom acolhimento, procurei colher informações sobre **indígenas** e **civilizados**.”

A maneira como foram usados os termos “indígenas” e “civilizados” na citação dá conta de uma classificação costumeira da administração e das autoridades

⁷⁷ Foi um geólogo, professor universitário e político português.

⁷⁸ HAVIK, Philip J.; DAVEAU, Suzanne (orgs.). *Cadernos de Campo Orlando Ribeiro: Guiné 1947*. Ribeirão: Editora Húmus, 2010.

coloniais. Mesmo expondo o pouco contato com as populações que habitavam aquela região, por conta da época do ano que faz com que sociedades e indivíduos migrem e também pelo curto período de realização da Missão (dois meses e meio), o autor ainda assim, sem condições de analisar cientificamente seus objetos de estudo, classifica e categoriza a população entre indígenas (não civilizados) e civilizados, conforme a classificação habitual realizada pelas autoridades coloniais. O fato de aparecer o termo categórico indígena em detrimento do termo civilizados, nos demonstra uma oposição de significados. Esta maneira de classificar, naturalizando os termos, é mais uma forma de consolidar a ideologia colonial.

O autor explica, no subcapítulo “súmula de resultados científicos”, mais especificamente quando se destina a abordar as esferas do povoamento, da economia e modos de vida indígena, os critérios que utilizou para analisar e distinguir as sociedades presentes na Guiné. Sua distinção estava baseada em aspectos físicos, no que seus olhos puderam observar de tais populações no período da Missão. Optando por esta forma de analisar o povoamento, a economia e o modo de vida acabam por excluir aspectos sociais e culturais relevantes para compreender tais sociedades e sua dinâmica de vida (marcadores de território). Observemos como Orlando Ribeiro explica seus métodos de análise:

“Nesta “Babel Negra”, como se lhe chamou já expressivamente, o geógrafo tem de procurar pôr certa ordem, agrupando os povos pelas características da vida material que mais se exprimem como “marcas” no solo que ocupam”.

Posteriormente, caracteriza grupos sociais nomeados como “fulas”, “mandigas”, “balantas”, “manjacos”, “papéis”, “brames” e “macanhas” a partir da observação de aspectos físicos de suas habitações e de suas economias. Enquadra-os em dois grupos distintos: vinculados ao nomadismo e a vida pastoril, juntamente com agricultura de sequeiro e alguns centros povoados e rudimentos de vida urbana; o outro grupo, habita o litoral e desenvolve agricultura, criação de gado, pesca e navegação. A tentativa de enquadrar tais populações em padrões fixos fazia parte da expectativa de que conseguissem melhor entendê-las, tanto grupos de intelectuais como os administradores e autoridades coloniais. Outros documentos foram produzidos diante das mesmas expectativas, um deles foram os censos realizados na Guiné.

Os inúmeros censos realizados na Guiné foram publicados através de dois volumes. Tais edições foram distinguidas entre populações não civilizadas e populações civilizadas. Mas afinal de contas, que grupos são denominados como não civilizados nos censos? Quem são os civilizados? E os supostos “assimilados” aparecem em que categoria?

Foram realizados censos nos anos de 1928, 1929, 1936, 1940, 1949, 1950 e 1960. Em particular, neste trabalho, o censo de 1950⁷⁹ será utilizado como análise para pensar o conceito de civilização. Dos censos anteriores a 1950 realizados na Guiné pouquíssimos são os fatores que podem ser aproveitados como dados fieis. Mesmo o de 1950, que teoricamente possuía um mínimo de nível de organização e preparação para tal atividade, ainda assim são números problemáticos. Potencialmente problemáticos, especialmente, por dois aspectos muito distintos. Em primeiro, por que tais pesquisas é a representação na prática do imaginário colonial⁸⁰. E segundo, como foi visto no capítulo 1, as sociedades que habitavam a Guiné encontraram diversas maneiras de reagir a estas pesquisas, fazendo com que o resultado estatístico não correspondesse a realidade. Mais a preocupação nesta altura do trabalho é ir além da pesquisa oficial em si, é pensar nas representações geradas a partir dela. Vale ressaltar que mesmo tendo sua publicação em um momento em que vários conceitos e concepções estavam sendo revistos, ainda sim, o censo estudado mantém a ideia de colonização originada junto com o Acto Colonial.

Para realização do censo foram estipulados dezenove quesitos, variavam de acordo, com nome, sexo, idade aparente, raça, tribo, nacionalidade, naturalidade, grau de instrução, religião, profissão, ramo de atividade, meios de vida, entre muitos outros. Através da análise dos dados, as sociedades apontadas como não civilizadas foram nomeadas da seguinte forma: “Bagá”, “Baiote”,

⁷⁹ CENSO DA POPULAÇÃO NÃO CIVILIZADA DA GUINÉ – 1950. Lisboa: Ministérios das Colonias, 1951.

⁸⁰“Vive-se o período das estimativas na sua maioria bastante precária pois o conhecimento das diversas regiões, por imperfeito ou nulo, não permitia ainda mais do que uma avaliação grosseira.” Op.cit, p. 13

“Em nenhuma das três combinações feitas consegui afastar por completo os erros; apenas obtive um grau de desigualdade menos chocante do que o grupo quinquenal”. CARREIRA, Antônio. Apreciação dos primeiros números discriminados do Censo da população não-civilizada de 1950 da Guiné Portuguesa. In: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Lisboa: v. VI, n.21, jan. 1951.

“Balanta”, “Balanta mané”, “Bambará”, “Banhum”, “Beafada”, “Bijagó”, “Brâme” (ou “Macanha”), “Cassanga”, “Cunante” (ou “Mansoanca), “Felupe”, “Fula do Boé” (ou “Boenca”), “Fula do Futa” (ou “Futa fula”), “Fula do toro” (ou “Toranca”), “Fula fôrro”, “Fula preto”, “Jalanca”, “Jalofo”, “Landumá”, “Mandiga”, “Manjaco”, “Nalú”, “Pajadinca”, “Papel”, “Saracolé”, “Sosso”, “Suruá”, “Tandá”, “Temené”, outras tribos. Diante das representações populacionais expostas vê-se claramente a tendência a sistematização e categorização dos recenseadores, lembrada por Amselle no início do capítulo. São inumeradas trinta sociedades distintas, considerando que ainda pusessem existir outras.

Em relação ao censo da população civilizada⁸¹, eram julgados como civilizados todo e qualquer estrangeiro branco, com outras nacionalidades que não fosse de origem africana. Deste modo, nota-se a manutenção, visível nos dois volumes do documento, as representações pautadas no reagrupamento ideológico e na concepção de superioridade e de inferioridade, baseadas em critérios raciais do recenseador⁸². Vale ressaltar que o grupo dos “assimilados”, mais conhecidos como “grumetes”, não aparecem em nenhuma avaliação censitária. O silêncio relativo aos “grumetes” no documento pode ser explicado pelo fato de as autoridades portuguesas não acreditarem efetivamente que setores da população guineense pudessem compartilhar da sua civilização, mesmo com hábitos e costumes transformados. Demonstra-nos desta forma que os critérios para classificação dos civilizados perpassam pelo cunho racial. Sem saber como os classificar optou-se por não os inserir nos volumes.

Os usos e sentidos utilizados pelo censo de 1950 na Guiné, nos seus dois volumes, nos permite constatar que a significação do conceito de civilização pelas autoridades portuguesas foi mantido e alcançou seu objetivo de classificar através

⁸¹ MINISTÉRIO DAS COLONIAS. Censo da População Civilizada da Guiné – 1950. Lisboa: 1957.

⁸² “Para o atributo cor, o mesmo Instituto afirma: ”De outro lado, cumpre observar que a cor não é uma caracter susceptível de precisa delimitação em classes, permite, apenas, uma graduação; e, enquanto os casos extremos ficam bem definidos, inúmeros casos intermediários, não muito distantes dos limites, necessariamente arbitrários, entre as diversas secções de graduação, podem ser atribuídos a uma ou outra destas, conforme os costumes, os preconceitos e as tendências dominantes. Mesmo se o agente recenseador estivesse munido duma gama-padrão de matizes, conforme o qual ele próprio tivesse que qualificar os recenseadores, não ficaria eliminado o arbítrio pessoal [...]”. op.cit, p. 28.

do imaginário colonial que pensava as populações da Guiné como meros povos não civilizados a fim de legitimar a “inferioridade” do africano. Pudemos compartilhar até então de inúmeras fontes que trabalharam com o conceito de civilização. Mas não é apenas através de documentos que podemos observar a concepção do termo. As fotografias coloniais também nos possibilitam pensar na propagação do conceito.

Toda imagem (desenho, escultura, fotografia, pintura, imagem eletrônica, dentre outras) nos oferece algo a pensar, desde um aspecto do real até uma representação do imaginário. Desta forma, a imagem é portadora de um pensamento, veicula pensamentos. E com as imagens coloniais não é diferente. As imagens coloniais são formas, entre si, de diálogo e comunicação com o imaginário colonial. Desta forma, dialogam com o conceito de civilização explicitamente, vejamos na imagem a baixo.



Ilustração 1 – Trabalhos da MAEG. MAEG. Acampamento em Canhabaque, arquipélago dos Bijagós. 1946.

Na fotografia temos a documentação do cotidiano da Missão Antropológica e Etnográfica da Guiné, em 1946 e 1947. A imagem nos remete a uma série de aspectos, desde a paisagem até aos procedimentos científicos (registros antropométricos) realizados. Muito mais que nos apontar aspectos, nos remete a uma suposta inferioridade da população intitulada como “bijagós”. Mostra também a nova orientação dos estudos científicos que Portugal pretendia implementar nas colônias a fim de comprovar para o mundo a face integradora da colonização portuguesa.

Pensar uma imagem só é possível a partir de diferentes esferas que contribuem para que possamos construir uma opinião, uma subjetividade sobre o que estamos vendo e observando⁸³. Nesta subjetividade inserem-se o pensamento da pessoa que a contempla, o contexto histórico, a própria imagem, a pessoa que a produziu, em um tempo e em um espaço nitidamente definidos. No caso da Imagem 2, a produção da fotografia remete a ideia de que os preceitos da civilização europeia, minimamente estavam presentes naquelas sociedades, o que faziam da colonização portuguesa um empreendimento de sucesso no sentido de civilizar tais populações.



Ilustração 2 – Homens do Reino de Orango. MAEG. Arquipélago dos Bijagós, Guiné Portuguesa. 1946.

⁸⁴ SAIMAN, Etienne (org.). *Como pensam as imagens*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2012.

Buscavam constituir através do conceito de civilização a imagem de uma nação integradora, legitimando suas posses na Guiné e no continente africano. A Imagem 2 é capaz de suscitar ideias, por conta das vestimentas e indumentárias que os indivíduos foram produzidos, além de mostrar suas habitações. Estas ideias são estabelecidas e vinculadas a concepção do termo civilização. O imaginário de que a colonização portuguesa possibilitou transmitir civilização aos habitantes da Guiné dialoga com a ilustração. Era necessário reforçar pela fotografia o discurso que traduzia os avanços da colonização “integradora”. Mesmo não recorrendo ao potencial da frase escrita e falada, ainda sim, há o dialogo explícito com o termo.

No capítulo 3, buscamos problematizar e analisar o termo civilização a partir de seus usos e sentidos. Foram utilizadas distintas fontes visando compreender todo o arcabouço que contribuiu para que o termo civilização fosse utilizado pelas autoridades portuguesas a fim de justificar a colonização de territórios africanos. Mesmo com a transformação do discurso colonial na década de quarenta, ainda assim, é possível notar a manutenção de discriminações e de categorias anteriores ao período. Pode-se analisar que a classificação de não civilizados dialoga com a concepção de imaginário colonial vinculada a suposta inferioridade do negro. As representações criadas em relação as populações que habitavam a Guiné introduzem-se na lógica colonial e imperial de uma categorização ativa com o intuito de possibilitarem uma melhor atuação colonial. Toda a dimensão exposta neste capítulo faz parte da ideologia colonial presente no projeto português, que buscava através da distinção de civilizados e não civilizados legitimar seus abusos em nome do ideal estabelecido de civilização.

Considerações finais

Diante do que foi apresentado neste trabalho, no decorrer de três capítulos, pudemos acompanhar e compreender como a História da Guiné e de sua população foi resinificada a partir do olhar colonial, em particular na primeira metade do século XX. É por conta deste fator que se torna crucial pensar e entender as sociedades guineenses que habitavam a região através dos marcadores de território. Estes sinais permitiram com que no capítulo 1, tivéssemos a possibilidade de conhecermos brevemente como tais sociedades se organizavam politicamente, compartilhavam a vida social e cultural, e principalmente, como a esfera do sagrado e do religioso permeava suas estruturas.

Em um segundo momento, pudemos analisar as formas de construção de um suposto saber colonial que visava qualificar as ações colônias portuguesas. Tal empreitada teve o auxílio fiel do campo científico e de teorias que vieram a legitimar a inferioridade do homem negro. Foram apontados inúmeros elementos científicos que serviram como instrumento de legitimação do projeto colonial. Outra esfera essencial para esta empreitada foi a instituição da Igreja, legitimando através da religião, as ações e ideologias coloniais. Quando possível, foram questionadas as produções de conhecimento, a nível de terem um caráter e métodos extremamente enviesados, onde tentavam justificar através de teorias raciais as motivações e necessidades para a efetiva colonização do continente africano.

No terceiro e último capítulo, pode-se observar através de inúmeros tipos de documentos históricos a relação entre discurso colonial e o conceito de civilização. Buscou-se pensar seus usos e sentidos, como seus desusos em determinadas conjunturas. A avaliação das representações étnicas nomeadas pelas autoridades coloniais também foi uma constante, na intenção de problematizar tais definições, muitas delas que dialogavam com categorizações pejorativas. Ao final do capítulo, pode-se concluir que a definição de não civilizado e civilizado foi estabelecida pelo projeto colonial, influenciada diretamente pela concepção de raça. Pode-se constatar também, que o grupo de “assimilados” que habitavam a Guiné, não entrou na classificação destas duas categorias.

Por fim, concluo o trabalho, ressaltando a importância de desnaturalizar determinados conceitos, imagens e termos que permeiam a mente humana e o imaginário, infelizmente, ainda muito presentes, em relação ao continente africano. Este trabalho pretendeu contribuir para pensar a pluralidade do continente africano através dos atores sociais presentes na antiga Guiné “Portuguesa” e a trazer a tona um pouquinho da sua história.

Referências

1. Fontes documentais

AGÊNCIA GERAL DAS COLÔNIAS. *Coletânea de legislação colonial*: Carta Orgânica do Império Colonial Português; Ato Colonial; Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas das Colônias Portuguesas de África (disposições fundamentais); Regimento do Conselho do Império Colonial. Agência Geral das Colônias, Lisboa, 1948.

MINISTÉRIO DAS COLONIAS. *Censo da População Civilizada da Guiné* – 1950. Lisboa: 1957.

MINISTÉRIO DAS COLONIAS. *Censo da População Não Civilizada da Guiné* – 1950. Lisboa: 1951.

MARTINS, Ana Cristina. Fotografias da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (1946-1947): entre a forma e o conteúdo. In: *O Império da visão: Fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, p. 117 – 139, 2014.

Ribeiro, Orlando (1950a). *A Missão de Geografia à Guiné em 1947*. Lisboa: Anais da Junta de Investigações Coloniais. vol. V, t. III, Estudos de Geografia, p.3-23.

2. Bibliografia

2.1) Obras gerais

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 3ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.

CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

HOBBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Orientalismo*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

2.2) Obras específicas

ALEXANDRE, Valentim. *A África no Imaginário Político Português (séculos XIX – XX)*. In: *Revista de Historia e Ciências Social*. 1995.

ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (coords.). *O Império Africano 1825-1890*. Lisboa: Estampa, 1998. (Nova História da Expansão Portuguesa, dir. De Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 10)

ALEXANDRE, Valentim. *Origens do Colonialismo Potuguês Moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

AMSELLE, Jean-Loup. *Etnias e espaços: para uma antropologia topológica*. In: *Pelos Meandros da Etnia*. Luanda: Edições Mulemba; Serra da Amoreira: Edições Pedago, 2014.

BARBOSA, Honório. Os indígenas da Guiné perante a lei portuguesa. In: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, v.2, n.6, abril de 1947.

BOAHEN, Adu A. (coord.). A África sob dominação Colonial: 1880-1935. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1985. (História Geral da África, v.7)

CABRAL, Amílcar. Acerca da contribuição dos “povos” guineenses para a produção agrícola da Guiné. In: Boletim cultural da Guiné Portuguesa. Bissau: v.9, n.36, 1954.

_____. Recenseamento Agrícola da Guiné – Estimativa em 1953. In: Estudos Agrários de Amílcar Cabral. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988.

_____. Análises de alguns tipos de Resistência. Bolama: Edição do PAIGC, 1979.

CARDOSO, Carlos. A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social, 1926-1973. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, n. 14, jul. 1992.

CARREIRA, Antônio. Guiné Portuguesa – Censo da População não civilizada de 1950. In: Boletim cultural da Guiné Portuguesa, v.7, n.28, out. 1952.

_____. A educação dos indígenas africanos pela administração local. In: Boletim cultural da Guiné Portuguesa. Bolama: Imprensa Nacional da Guiné, v. 8, n. 29, jan. 1953.

_____. Organização social e econômica dos povos da Guiné. In: Boletim cultural da Guiné Portuguesa, Lisboa, v. XVI, n.64, out. 1961.

CARVALHO, Clara. O Saber e o Olhar Colonial: política e iconografia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, n.8, jul. 2004.

CROWLEY, Eve L. Chefes de posto e chefes da terra: dinâmica de dominação e autodeterminação na região de Cacheu. In: *Soronda - Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, nº 15, 1993.

FERNANDES, Raúl Mendes. Contradições entre linhagens dominantes e classes de idade nos Bijagó. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, nº 20, 1995.

FRANCO, Paulo Fernando Campbell. Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida. 2009. 178 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2009.

HAVIK, Philip; DAVEAU, Suzanne. *Cadernos de Campo Orlando Ribeiro – Guiné 1947*. Ribeirão: Edições Húmus, 2010.

LOPES, Carlos. Etnia, Estado e Relação de Poder na Guiné-Bissau. Lisboa: Ed. 70, 1982.

_____. Resistências africanas ao controle do território: alguns casos da Costa da Guiné no século XIX. In: Actas da I Reunião Internacional de História de África: Relação Europa-África no 3º quartel do século XIX. Lisboa: IICT-CEHCA, 1989.

LUCAS, Maria Manuela. A ideia colonial em Portugal (1875-1914). Revista da História das Ideias. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v.14 (Descobrimento, expansão e identidade nacional), 1992.

MARQUES, A.H. de Oliveira (coord.). O império africano: (1890-1930). Lisboa: Estampa, 2001. (Nova História da Expansão Portuguesa, dir. De Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 11.)

MATOS, Patrícia Ferraz de. As Côres do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português. 3ª ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

M'BOKOLO, Elíxia. África Negra. História e Civilizações – Do século XIX aos nossos dias. Tomo I e II. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

MENDY, Peter Karibe. A Conquista Militar da Guiné: Da resistência à pacificação do Arquipélago dos Bijagós, 1917-1936. In: *Soronda - Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, nº 13, 1992.

_____. A Economia Colonial da Guiné-Bissau: Nacionalização e Exploração, 1915-1959. In: *Soronda - Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, nº9, 1990.

MOUTINHO, Mário. O Indígena no Pensamento Colonial Português. Lisboa: Edições Lusófonas, 2000.

PÉLISSIER, René. História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia 1841-1936. Lisboa: Estampa, 1989, v. 1; 1989, v.2.

RIBEIRO, Carlos Rui. Os censos e as sociedades camponesas na Guiné Bissau. In: *Soronda*, Bissau, n.1, Jan. 1986.

ROSAS, Fernando. Estado Novo, império e ideologia imperial. *Revista da História das Ideias*. Coimbra Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v.17 (Do Estado Novo ao 25 de Abril), 1995.

SALAZAR, Ramiro Delgado. Etnia, espaço étnico e colonialismo. In: *Soronda - Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, nº 12, 1991.

SAMAIN, Etienne. As imagens não são bolas de sinuca. Como pensam as imagens. In: *Como pensam as imagens*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

SILVA, Dilma de Melo. Por entre as Dórcades Encantadas: Os Bijagós da Guiné-Bissau. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Charles Boxer (contra Gilberto Freyre): raça e racismo no Império Português ou a erudição histórica contra o regime salazarista. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 26, nº52, 2013.

TAVARES, Álvaro. Do Indigenato à Cidadania. In: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, Lisboa, v. II, n.8, out. 1947.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Ecos do Atlântico Sul. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fapesp, 2002.

TORRES, Adelino. O império português entre o real e o imaginário. Lisboa: Escher, 1991.

